



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 475 - DE 26 DE ABRIL A 11 DE MAIO DE 2014 - R\$ 3,00



Viva o 1º de maio operário e socialista!

Em defesa do emprego, salário, moradia, saúde e educação!

Pelo fim da repressão às greves e aos movimentos sociais!

Fim dos assassinatos no campo!

Fim da lei antigreve, das prisões e dos processos judiciais aos lutadores!

**Construir o Partido da Revolução Proletária
marxista-leninista-trotskista**

**Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente**

Crimes da ditadura militar:

Abaixo a Lei da Anistia!

Por um Tribunal Popular!

Oposição revolucionária a Dilma

O capitalismo afunda a humanidade na barbárie

O desemprego cresce aos milhões, assim como a miséria e as migrações. As guerras se estendem. O imperialismo redobra sua ofensiva para se apoderar de todos os recursos, de todas as reservas, pisoteando povos e nações.

*Não há alternativa para os oprimidos do mundo que não seja a **revolução social** acaudilhada pela classe operária. Essa é a única resposta!*

*Isso é a **revolução proletária**, que destruirá o Estado burguês, acabando com a grande propriedade dos meios de produção, os transformando em propriedade social, começando assim a construir o socialismo na perspectiva da sociedade sem classes, o comunismo.*

A crise imperialista não se detém, a bancarrota que explodiu em 2008 nas principais potências capitalistas, começando pelos Estados Unidos, se estendeu e se aprofundou. Mais de 240 milhões de desempregados, migrações massivas para escapar da fome ou das guerras, precarização das condições de trabalho, perda de conquistas sociais e a ameaça constante de retroceder décadas nas condições de vida. Países inteiros estão sendo arrasados pela crise. Persistem as tendências ao estancamento, ao baixo crescimento e à recessão. O endividamento dos países com a oligarquia financeira é o mais alto da história.

Ao mesmo tempo em que se acentuam os traços de barbárie e decomposição, recrudescem a ofensiva das potências imperialistas para se apoderarem de todos os recursos naturais e submeter ainda mais as semicolônias. Recorrem a ameaças militares, bloqueios econômicos, sanções financeiras, e todo tipo de intervencionismo para os países que não se submetem. Se as potências não se afundaram mais é porque conseguiram descarregar parte de suas quebras sobre as nações mais fracas.

E também crescem os enfrentamentos entre as potências para repartirem a carga da crise, apelando ao protecionismo, manejando as cotações de suas moedas, disputando fortemente o controle sobre as semicolônias e seus recursos. Os Estados das principais potências reforçaram sua intervenção na economia para salvar os grandes bancos de sua quebra. Os artifícios monetários e fiscais dos governos amorteceram a crise econômica, mas não puderam, nem poderão, resolver suas causas estruturais, não podem deter o processo de decomposição.

O capitalismo se encontra na pior crise de sua história desde 1929/30. Estamos diante de uma destruição massiva de forças produtivas. E não há possibilidade alguma de reformá-lo, humanizá-lo, de por limites, regras e controles. A voracidade imperialista é incontrolável. Os processos de restauração capitalista na China e Rússia lhe deram um respiro no passado, que já se esgotou, o imperialismo exige mais e mais reformas.

As massas respondem como podem, produzem levantes nacionais, derrubadas de governos, conflitos armados, guerras civis, enormes mobilizações, greves, por trás das direções e organizações com que contam. O problema que aparece em todas essas situações é a ausência da direção revolucionária que os conduza à vitória, a acabar com seus problemas pela raiz. E crescem os movimentos de caráter fascista, de ultradireita, especialmente na Europa.

O estalinismo, a socialdemocracia e o nacionalismo trabalharam para destruir as organizações revolucionárias, burocratizaram ao extremo as organizações sindicais, e fazem todo o possível para bloquear as possibilidades de reconstrução da direção revolucionária, prestando assim uma valiosa colaboração às forças defensoras do regime da grande propriedade.

Seus postulados, oferecendo vias alternativas, são um fracasso. Fracassaram os reformistas, os democratizantes, os socialistas do século XXI, os nacionalistas. Todos eles fracassaram e não têm nada a oferecer. Combinam o discurso da distribuição da renda com a colaboração aberta e associação com o imperialismo. Demonstrem que não há vias intermediárias, que não há saídas indolores para a bancarrota.

O estalinismo é responsável pelo grande retrocesso para a classe operária internacional que representam os processos de restauração capitalista na ex URSS e na China, e também em Cuba. É responsável por ter destru-

ído a III Internacional e o Partido Bolchevique, por ter liquidado aqueles que dirigiram a grande Revolução Russa. Hoje colabora abertamente com os governos burgueses para arregimentar os movimentos populares.

Somente a política revolucionária, a estratégia de revolução e ditadura proletárias, responde à decomposição capitalista, recuperando as melhores tradições do movimento operário internacional. Sobre essa base devemos construir os partidos revolucionários em cada país e reconstruir a IV Internacional como direção internacional. Não há possibilidade de que as lutas democráticas e nacionais possam alcançar a vitória sem a direção do proletariado, com sua política, ainda que nas semicolônias seja uma classe minoritária entre os oprimidos, nenhuma outra classe social tem possibilidades de oferecer um caminho de vitória.

O problema dos problemas para a humanidade é a reconstrução de sua direção internacional, do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional. As forças produtivas que se rebelam têm de encontrar a direção revolucionária para não verem frustradas uma e outra vez suas lutas. Vivemos um gigantesco atraso político organizativo do proletariado em relação ao avançado estado de decomposição capitalista.

Nossa política é colocar de pé verdadeiras **frentes únicas antiimperialistas** nas semicolônias, que lutem pela expulsão do imperialismo o expropriando, por acabar com o domínio das transnacionais, não reconhecendo as dívidas externas, conquistando a soberania nacional, lutando pela plena autodeterminação das nacionalidades oprimidas; enlaçando as reivindicações de salário e aposentadoria mínimos igual ao custo da cesta familiar para todos os trabalhadores, acabar com o desemprego dividindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário, acabando com toda forma de trabalho precário ou escravo; por fim a todo negócio privado na previdência social, saúde e educação, rechaçar toda forma de discriminação ou segregação contra os trabalhadores imigrantes que escapam da miséria em seus países. Programa que somente pode ser conquistado com os métodos da luta de classes, por meio da ação direta, nunca nos parlamentos ou nas legislaturas. O democratismo das correntes de esquerda é uma armadilha para as massas.

As condições para a revolução social estão maduras. Não há possibilidade de desenvolvimento capitalista que permita amadurecer ainda mais essas condições em algum futuro. Pelo contrário, a destruição de forças produtivas, a decomposição do capitalismo debilita essas condições. A revolução social não apenas é necessária para tirar a humanidade do pântano, é urgente!

A tarefa do momento é construir as seções nacionais da IV Internacional, partidos apoiados em um sólido programa internacionalista, que dê resposta a todos os problemas da revolução em cada país, seguindo o exemplo do POR Boliviano, que conseguiu se enraizar nas massas com seu programa, se converter em tradição revolucionária. Este é o trabalho que fazemos com o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional.

O trotskismo está vigente, todas suas teses. Seu programa foi verificado dramaticamente pela realidade, posto a prova durante sete décadas. É a expressão, a continuidade, do marxismo-leninismo. Os que fracassaram foram o estalinismo e a socialdemocracia, traidores da revolução social, responsáveis pelo retrocesso político e organizativo que a classe operária internacional sofreu perdendo suas conquistas mais valiosas, que recuperaremos!

Neste 1º de Maio colocamos em debate estas ideias, esta perspectiva.

VIVA A LUTA INTERNACIONAL DA CLASSE OPERÁRIA PARA ACABAR COM A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

VIVA A REVOLUÇÃO E DITADURA DO PROLETARIADO!

VIVA O SOCIALISMO! VIVA O COMUNISMO!

Declaração do Cerqui (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional).



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

1º de Maio de 2014

1º de Maio de 2014: Chamado aos trabalhadores e à juventude – Construir o Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista

O 1º de Maio serve aos explorados para denunciar a política dos governos burgueses, expor a barbárie capitalista, defender as reivindicações, apresentar o objetivo histórico da revolução social, levantar ao alto a bandeira do internacionalismo proletário e preparar a luta do dia seguinte. Mas há muito não é isso que ocorre. A burocracia sindical usa o 1º de Maio para fazer exatamente o contrário. E as esquerdas que não compactuam com o 1º de Maio burguês, preparado pelas burocracias pró-capitalistas, por seu lado, o transformam em palco de discursos.

O Partido Operário Revolucionário defende um 1º de Maio classista, de combate, de defesa da vida dos explorados, de luta anti-imperialista e anti-capitalista. Levanta a bandeira da revolução e ditadura proletárias como objetivo histórico a ser desenvolvido no seio da luta de classes. Convoa os explorados e a juventude a conhecer criticamente o Programa do POR e a fortalecer suas fileiras.

A crise estrutural do capitalismo exige a superação da crise de direção

A gigantesca crise econômica que se desencadeou desde 2008 continua desintegrando o capitalismo mundial. Passaram-se cinco anos e as potências não puderam estancá-la. Não se destruíram suficientemente forças produtivas, de maneira que a economia mundial pudesse se restabelecer. Mesmo assim, centenas e centenas de fábricas foram fechadas, milhões de postos de trabalho foram liquidados e o desemprego aumentou na maioria dos países.

O Brasil igualmente tem sido arrastado pelo turbilhão da queda econômica. O governo do PT propagandeou a avaliação de que o País estava em posição segura para atravessar a tormenta. As supostas vantagens, porém, perderam e perdem terreno para a desaceleração econômica. No horizonte do País, levantam-se sinais de demissões e de volta do desemprego em massa. A alta do custo de vida não deixa dúvida de que os salários estão sendo reduzidos depois de um período de pequenos ganhos em determinados

setores da produção, comércio e serviços.

A euforia do governo lulista sobre o “crescimento sustentável” veio abaixo assim que explodiu a crise nos Estados Unidos em meados de 2008. A média de crescimento de 4,5% nos oito anos de Lula não passará de 2% sob Dilma.

Na situação de avanço da economia, o governo pode com mais facilidade disfarçar a polarização entre a riqueza da minoria e a pobreza da maioria. Não é o que ocorrerá daqui para frente. A presidente Dilma Rousseff mantém a ficção de que os ricos ficaram menos ricos e os pobres menos pobres. Na realidade, as multinacionais, banqueiros, grandes industriais e comerciantes brasileiros impulsionaram seus negócios e lucros.

Os agentes da burguesia, principalmente aqueles imbuídos do reformismo, têm a função primordial de mentir sobre a aproximação das classes sociais e sobre redução das diferenças que as separam entre exploradores e explorados. Neste 1º de Maio, o que temos é justamente o contrário. As massas vivem o horror da saúde pública decadente, do ensino despedaçado, das depauperadas moradias das favelas, cortiços e periferia urbana, do insuportável transporte coletivo e da violência policial. No outro extremo, a grandiosidade do luxo e do desperdício.

Certamente, não se trata de um novo retrato do capitalismo. Mas se trata da constatação de que a sociedade de classes potencia suas contradições econômico-sociais em escala crescente. E da constatação de que não há como a burguesia reformar o capitalismo em favor dos seus explorados.

As esmolas do Bolsa Família, as quirelas das cotas para negros e índios, as promessas de igualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros, os miseráveis assentamentos agrários, enfim, as falsificações das “ações afirmativas” e das “reparações históricas” serviram de cobertura à brutal exploração do trabalho e à concentração de propriedade. Mas seu fôlego é curto. Não têm como reduzir a crescente polarização entre a burguesia, de um lado, e a maioria nacional oprimida de outro.

As greves, manifestações de massa, conflitos nos bairros, bloqueios, queima de ônibus e resistência às desocupações são sintomas de que a luta de classes se encontra em uma nova etapa. A jornada de junho de 2013, sem dúvida, indicou que os explorados reprovam a política governamental e que estão profundamente descontentes com a situação de pobreza e miséria. Mas, por outro lado, evidenciou com maior dramaticidade a crise de direção do proletariado. Encontra-se submetido à burocracia sindical estatizante e em grande medida à política pró-capitalista do PT.

Os tradicionais partidos da burguesia, por sua vez, exercem tremenda pressão sobre a classe média no sentido de amortecer a polarização entre as classes. Os partidos da base aliada impuseram a Lula e agora a Dilma as condições políticas de governabilidade: proteger a grande propriedade capitalista, manter os interesses das multinacionais, favorecer o capital financeiro e controlar a qualquer preço a classe operária. Lula chegou ao ponto de criar a Força Nacional de Segurança Pública para reforçar a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. Ampliou-se o Estado policial, mascarado pela democracia.

As esquerdas que reivindicam em palavras o fim do capitalismo e proclamam o socialismo se acham fragmentadas em torno das disputas pelos aparatos sindicais e da política eleitoral. Negam-se a se constituir como partido-programa.

A tarefa é construir o Partido Operário Revolucionário (POR), cuja posição programática expressa o marxismo-leninismo-trotskismo. Em janeiro deste ano, o POR aprovou em seu XII Congresso um novo programa, que aprimora o programa do III Congresso, de 1993. Neste 1º de Maio, convocamos os trabalhadores e a vanguarda militante a estudar criticamente o Programa para a revolução proletária no Brasil, como parte da revolução socialista mundial. Sem o partido revolucionário, não é possível transformar a polarização entre a burguesia (nacional e internacional) e a maioria oprimida em luta unitária contra a miséria e a fome e marchar para a tomada do poder.

É necessário defender no seio do proletariado, dos demais oprimidos e da juventude o programa da revolução

O Programa do POR tem por objetivo constituir um governo operário e camponês, forma governamental da ditadura de classe do proletariado. Para isso, é preciso que se potencie com quadros militantes capazes de fundir o programa da revolução social com o movimento da classe operária.

O desenvolvimento da luta de classes no Brasil e internacionalmente colocará para a classe operária a solução de poder. A burguesia deve ser derrotada para abrir caminho às transformações democráticas e socialistas. O que exigirá derrotar o imperialismo. Os ramos fundamentais da econo-

mia estão concentrados em poder das multinacionais. Sua expropriação, estatização e nacionalização sob o controle operário impulsionará a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Há que se constituir a aliança operário-camponesa e a frente única anti-imperialista contra a exploração do trabalho, a opressão dos camponeses e índios e o saque imperialista do País.

Que o 1º de Maio coloque a unidade operária, camponesa e indígena

Em defesa da vida dos explorados

Pelo salário mínimo vital de R\$ 4.200,00. Escala móvel de reajuste diante da alta do custo de vida. Estabilidade no emprego diante da ameaça de demissões. Escala móvel do trabalho para que todos tenham emprego. Fim das contratações terceirizadas, com efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados.

Por um sistema estatal único de educação e saúde, sob o controle da classe operária e dos demais trabalhadores. Fim do sistema privado de educação e saúde. Acesso a todos à educação e à saúde. Plano de moradia popular, sob o controle dos sem-teto. Expropriação dos imóveis utilizados para a especulação e para lazer. Nenhuma família sem habitação digna. Estatização dos transportes públicos, sob o controle operário. Passe livre para desempregados e estudantes.

Direitos democráticos dos explorados

Revogação de todas as leis repressivas. Direito irrestrito de greve e manifestação. Desmantelamento da polícia militar. Constituição de uma milícia popular de autodefesa controlada pelas assembleias populares e sindicais. Fim da opressão policial sobre a população pobre. Igualdade racial e de sexo. Constituição de um Tribunal Popular que investigue e julgue as arbitrariedades e os crimes da burguesia.

Revolução agrária

Terra aos camponeses. Expropriação sem indenização dos latifúndios. Nacionalização das terras. Implantação da produção social na agroindústria.

Direito à autodeterminação dos indígenas

Entrega das terras territoriais às nacionalidades indígenas. Fim da opressão estatal e latifundiária sobre os índios.

Independência nacional

Expropriação das multinacionais, do grande capital nacional associado e do capital financeiro. Estatização sob o controle operário.

Viva o 1º de Maio classista e de combate à burguesia!

Novas regras eleitorais

Golpe contra as esquerdas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve decidir se as novas regras entrarão em vigor neste ano ou em 2016. Especialistas acreditam que o TSE optará pela segunda possibilidade. Se assim ocorrer, as esquerdas ainda poderão se valer em 2014 da pequena fração de tempo que a lei lhes facultava de acesso aos meios de comunicação.

A denominada “minirreforma eleitoral” praticamente proíbe os pequenos partidos – no caso, fundamentalmente as esquerdas – de usarem os meios eletrônicos para a propaganda eleitoral. Pejorativamente chamados de “nanicos”, tais partidos que incluem não somente as esquerdas participavam da divisão de um terço do tempo entre todos os partidos. Os grandes (PT, PMDB, PSDB, etc.), bons de voto e repletos de parlamentares, dividiam entre si dois terços do tempo e também participavam do um terço que restava para os “nanicos”.

Em nome de uma “reforma política”, mexeram somente onde os interesses dos partidos burgueses dominantes não fossem afetados. Nada mais justo para os padrões da democracia burguesa que os pequenos partidos deixassem de usufruir da partilha dos 33% do tempo, reduzido na “minirreforma” para escassos 11%. As esquerdas (PSTU, PCB e PCO) ficavam com menos de 4% do tempo. Agora, praticamente ficarão sem nada. Os três perderam cada em média 60% do tempo. De 46 segundos, passarão para 15 segundos. A restrição não atingiu apenas essas correntes. O PSOL, de 51 segundos, terá 22 segundos. O PCdoB, pelo contrário, subiu de 27 segundos para 37 segundos. O PT, PMDB e PSDB foram os grandes beneficiários.

Por esse ataque aos direitos mais ínfimos das esquerdas, pode-se dimensionar o que seria uma reforma política promovida por essa trióka. Mesmo assim, é apregoada por setores das esquerdas, pelo MST, OAB, ABI, etc. O POR rechaça essa via que serve de máscara à ditadura de classe da burguesia e à caricatura democrática típica de países semi-coloniais. Não se trata de reformar a legislação que serve tão-somente ao domínio da classe capitalista, mas de lutar pelas bandeiras democráticas dos explorados e impô-las à burguesia por meio da luta de classes. O que implica derrubar todas as medidas proibitivas e restritivas à política do proletariado, a começar pela lei antigreve.

A minirreforma dá um passo para inviabilizar a participação das esquerdas nas eleições. O próximo será a criação de cláusulas de barreira, que somente não foram implantadas pelo fato dos grandes partidos não chegarem a um acordo sobre seus termos. Mas é questão de tempo.

É preciso ressaltar o empenho do PT em implantar medidas antidemocráticas. Lembremos que uma de suas bandeiras era a da “democratização do Estado”. Assumido o leme da política burguesa, os pretensos democratizantes revelaram sua vocação pequeno-burguesa de se adaptar à ditadura de classe da burguesia. A minirreforma eleitoral serviu à causa própria e à dos mais poderosos partidos da burguesia.

O jogo em torno do financiamento de campanha e a reforma política

O Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela proibição de “doações” de empresas às campanhas eleitorais, na sessão de 2 de abril. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado correu a apresentar um projeto que vem no mesmo sentido. Agora se espera a resposta da Câmara dos Deputados. O circo está montado.

A informação é que o presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves, do PMDB, tem na gaveta um projeto de reforma política. O financiamento de campanha seria apenas um de seus aspectos. Corre o boato de que se faria uma emenda constitucional que permiti-

ria aos partidos optarem pela forma de financiamento: pelo dinheiro público, pelo privado ou misto. Como se vê, trata-se de uma disputa interburguesa em torno do poder do Estado.

Os partidos da ordem capitalista não têm outra fonte de financiamento senão se valerem do dinheiro público e das “doações” dos poderosos grupos econômicos. Distintamente, o partido revolucionário somente pode contar com a contribuição dos explorados. A fonte de existência dos partidos burgueses é o capital; a fonte de existência do partido revolucionário é o assalariado. Somente com essa distinção, é possível um correto posicionamento diante do financiamento de campanha.

Os reformistas e centristas acreditam que a mais democrática decisão é a que prevê apenas financiamento público. Absolutamente incorreto do ponto de vista da classe operária. Quaisquer que sejam as formas de financiamento de campanha servirão apenas aos partidos da burguesia.

Os gastos milionários deixam perplexos até mesmo setores da burguesia. Apregoam alguma disciplina em nome da transparência democrática. Mas quem decide o financiamento são os grupos econômicos. A política de Estado está completamente assentada nas relações econômico-financeiras. E estas se encontram determinadas pelo grande capital nacional e monopólios multinacionais. O que caracteriza o regime democrático no Brasil é o predomínio oligárquico – uma combinação do poder da velha oligarquia regional com a oligarquia industrial-financeira. Os partidos da ordem se movem no seio desta combinação.

É exemplar o fato do PT ter nascido à margem desse predomínio e assim que galgou postos no Estado se converteu em um partido da oligarquia. Certamente, não orgânico e, por isso mesmo, desfigurado em sua identidade política. O fundamental, no entanto, está em que governa de acordo com os interesses do grande capital nacional e internacional. A experiência com a democratização do Estado protagonizada pelo PT é definitiva. Hoje, é o partido que mais arrecada recursos de empreiteiras, banqueiros, industriais, multinacionais, etc.

A bandeira de Constituinte para se realizar uma reforma política acoberta a impossibilidade da democratização. Parte da esquerda – inclusive quem se diz trotskista – assumiu o chamado de Dilma Rousseff de Constituinte e reforma política, em resposta à jornada de junho de 2013.

Essa via não tem nada a ver com as bandeiras democráticas do proletariado: fim de toda legislação repressiva (lei antigreve, antimanifestação, etc.), fim de toda legislação que impede a livre participação das correntes revolucionárias nas eleições (condições para obter registro eleitoral, etc.). Essas reivindicações opõem os explorados à democracia oligárquica, elevam a sua compreensão de que se trata de uma das formas da ditadura de classe da burguesia historicamente determinada e permitem-nos a constituir a democracia revolucionária (assembleias, comitês, tribunal popular, etc.).

As reivindicações democráticas são fundamentais para a luta da classe operária contra o poder da burguesia – no momento exercido pelo regime democrático. Mas por quê? Por que é necessário desmascarar perante os olhos dos explorados a democracia burguesa como uma forma da ditadura de classe dos capitalistas. Eis por que para os marxistas-leninistas-trotskistas as bandeiras da democracia política estão subordinadas à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O POR defende que as organizações sindicais e estudantis, que as correntes de esquerda e os ativistas que se dizem independentes rechacem e denunciem a farsa da reforma política e lancem uma campanha unitária pelas reivindicações democráticas dos explorados. Que se convoquem assembleias para aprovar o plano de reivindicações e de mobilização de massa.

PT acuado pelo PSDB

Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, deu causa favorável à instalação da CPI da Petrobrás exclusiva. A intenção do PT e partidos aliados do governo Dilma era o de incluir na CPI - encabeçada pelo PSDB - o caso de corrupção do cartel dos trens em São Paulo. Com a decisão da ministra, está assegurada a vitória da oposição.

O PT acuado aceitou o fato. Renan Calheiros, presidente do Senado, provavelmente recorrerá ao plenário do STF, objetivando ganhar tempo diante das eleições que se avizinham.

Nem bem o PT respirou, aliviado diante do fim da Ação Penal que concluiu com a prisão de três altos dirigentes do partido, ergueu-se no horizonte um novo temporal, que começa a tomar a feição de um furacão. Pasadena se abriu como uma trincheira eleitoral para o PSDB. Dilma Rousseff vem perdendo pontos nas pesquisas. A sorte está em que nem Aécio Neves (PSDB), nem Eduardo Campos se elevaram ao ponto de indicar a derrota da candidata petista.

Para além da inconveniência eleitoral, o fundamental está em que o PT se mostra atolado na corrupção. O que não é uma marca solitária. O escândalo dos trens em São Paulo ultrapassa e cobre juntos o mensalão e Pasadena. No entanto, é a oposição que está na ofensiva política.

O PSDB e aliados contam a seu favor com a campanha diuturna da grande imprensa e com o judiciário. Diante do monumental desvio de dinheiro em três governos peessedebistas em favor das multinacionais e de seus políticos, o PT foi incapaz de tomar a iniciativa política. Para ser justo, houve uma tímida tentativa de vazamento de informações pela Polícia Federal, mas bastou um grito do PSDB para que José Eduardo Cardoso, ministro da Justiça, recuasse. Politicamente, o PT ficou bonzinho. Assim tudo está se passando de maneira a esvaziar o escândalo.

A pergunta é por que o PT não tomou a ofensiva se tem o governo federal e uma considerável força em São Paulo? Porque está atolado até o pescoço no pântano da política burguesa e não conta com o apoio de importante fração da burguesia paulista. O PT se transformou em um partido burguês. Segundo as leis que regem a política, um partido burguês não pode reunir forças a não ser no interior do aparato do Estado e no meio empresarial. Lula alcançou essa façanha em uma situação econômica favorável, mesmo assim, em seu primeiro mandato, foi intensamente fustigado em razão da CPI dos correios e do mensalão.

Dilma, ao contrário, chegou à presidência com muita dificuldade e se deparou com o precipício da crise mundial. A corrupção e mal feitos da política petistas não potenciam em si mesmos a oposição. Foi o que Lula demonstrou, ganhou com facilidade um segundo mandato. Espera-se que Dilma também faça o mesmo prodígio. Mas não está em melhores condições para derrotar Aécio Neves e realizar um segundo governo que não esteja mergulhado em profunda crise política.

Poderosas frações do grande capital nacional e internacio-

nal chegaram à conclusão de que é preciso mudar a condução econômica do Brasil. Infelizmente, para o grande capital, o paulista José Serra caiu no fundo do poço nas últimas eleições. Restou o mineiro Aécio Neves, que deve fazer o milagre de deslocar grande parte dos oprimidos ligados ao governo do PT pelos laços do programa Bolsa Família.

A burocracia sindical que comanda a CUT ainda tem capacidade para manter os lastros petistas em um grande contingente da classe operária. Nota-se, porém, que está também completamente atolada no lodaçal da corrupção. E, principalmente, está diante da tarefa de convencer os metalúrgicos a se submeterem aos planos de contenção das montadoras. Seu comprometimento com as multinacionais, assim como o do governo Dilma, não faz com que estas deixem de se alinhar aos interesses estratégicos de procurar um governo que lhes dê segurança de mudança na política econômica. Espera-se que o novo mandatário do Estado assuma duras medidas econômico-sociais.

Apesar de todos os esforços de Dilma em adaptar seu governo aos ditames do grande capital, a presidente perdeu credibilidade. O esforço da oposição burguesa se dirige a convencer as massas de que a perda de credibilidade dos capitalistas é também a dos brasileiros em geral. Sua política econômica não somente se esgotou como se decompôs. Não se trata aqui de descrever sua decomposição, basta apenas observar em grandes linhas a persistência da alta inflacionária, a impossibilidade de manter os preços controlados represados, a redução do superávit primário, o desequilíbrio do balanço de pagamento, o retorno da Selic alta e o fracasso da redução da tarifa de energia elétrica. Eis por que o PT está na defensiva e o PSDB na ofensiva.

Uma ala da esquerda petista, acompanhada por desqualificados "trotskistas", insiste que está em marcha um golpe da direita. Na realidade, a situação política se caracteriza pela falência do PT, pela sua dependência ao PMDB e pela ofensiva do PSDB como expressão da fração do grande capital concentrado no Sudeste.

A CPI da Petrobrás poderá ser abafada pela maioria parlamentar governista. Mas o estrago já está feito. Não há como os petistas esconderem a administração da empresa petrolífera, estratégica para a economia do País, embora semiprivatizada, de acordo com as negociatas que os capitalistas fazem às escondidas dos explorados e por cima dos interesses nacionais.

É um bom momento para se desenvolver a resposta operária. Trata-se de levantar o **controle operário da produção** e a **estatização da Petrobrás**. A partir dessas bandeiras, defender o programa de **reestatização de todas as empresas privatizadas, sem indenização**. Por essa via, os marxistas combatem todas as variantes da política burguesa e dão um passo na penetração do programa da revolução e ditadura proletárias no seio das massas. Esse é um motivo concreto para se organizar uma Frente Única Antiimperialista e Anticapitalista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

E a Frente de Esquerda?

Tudo indica que o PSOL manterá a pré-candidatura de Randolfe Rodrigues e Luciana Genro. O PSTU correu atrás dos reformistas com sua bandeira de frente de esquerda.

Em fevereiro, realizaram uma reunião. O PSTU esperava que as arestas fossem aparadas. Acertaram uma nova reunião para março. Não tivemos notícia se ocorreu ou não. Pelo visto, rolou escharpa abaixo. Em seguida à reunião para discutir a frente de esquerda, no dia 24 de fevereiro, Randolfe e Luciana tiveram suas pré-candidaturas lançadas em um ato do partido.

O PSTU ficou a ver navios. Mostrou seu descontentamento com o desprezo do PSOL à reunião que mal começara a discutir aspectos do programa eleitoral. No entanto, prometeu que não faltaria à reunião de março. O comunicado da Direção Nacional do PSTU concluiu assim: “Mas alertamos para a necessidade de reversão desse quadro, para que haja uma possibilidade real de esta frente vir a se constituir.” Para quem não conhece a relação política entre PSOL e PSTU, parece que a ameaça dos morenistas tem algum sentido.

A “reversão do quadro” consiste em o PSOL admitir que o posto de vice fique com José Maria de Almeida. A discussão sobre como a candidatura de esquerda se apresentar o mais palatável possível diante da população para arrebanhar votos – nisso consistiu a discussão da primeira reunião – não era obstáculo para os morenistas do PSTU. De fato, programa, reivindicações e método não têm transcendência alguma nesse tipo de frente eleitoral. O que decide o acordo é o reconhecimento da força de cada aparato.

O PSTU admite que o cargo de presidência fique com o PSOL. Contenta-se com a vice-presidência, uma vez que sua capacidade institucional e eleitoral é menor. A política de ambas organizações e suas relações com a classe operária, a trajetória de construção e a consistência partidária não contam. Se contassem, o PSTU teria de ocupar uma posição de destaque na frente de esquerda.

O que é o PSOL? Um partido nascido de uma costela do PT. Formou-se como uma federação de correntes, grupos e pequenos caciques. Estreou nas eleições aproximando-se de empresários, recebendo deles contribuições e contraindo alianças eleitoral-administrativas com partidos da burguesia. Randolfe não é flor que se cheire. E Luciana é ninguém.

José Maria de Almeida, pelo contrário, se comparado com os representantes do PSOL, é um operário que pertence a uma organização que vem sendo construída no seio do movimento dos explorados e da juventude. Passou pelas celas da ditadura militar. Acredita que o PSTU de fato é trotskista e que está no caminho da revolução socialista. Ninguém poderá por em dúvida – a não ser de má fé – que o assim chamado Zé Maria é produto do movimento operário que se ergueu no ABC paulista e imediações em fins dos anos 70 e começo de 80. E do processo de reorganização das correntes de esquerda, depois das provas definitivas

enfrentadas pelo estalinismo (PCB) e da trágica experiência da luta armada foquista de 68 a 73.

Quem é Randolfe? Um pequeno-burguês carreirista, que chegou ao senado a custa de aproximações com partidos da burguesia e da demagogia. Não vale responder quem é Luciana.

Uma última consideração: Zé Maria pertence a um acorrente centrista, que, na definição marxista, se apresenta como revolucionária, mas que por sua política real oscila entre o reformismo e marxismo. Randolfe é um politiquês de um partido reformista – até hoje sua fisionomia é mal definida. Seu futuro está prescrito. Acabará como coadjuvante da reação burguesa. Não terá de passar pela prova da luta de classes, como terá o centrismo.

Se estivermos certos nesta caracterização, a pergunta que se nos coloca é a seguinte: por que é que o PSTU se arrasta por trás do PSOL mendigando o posto de vice para constituir a frente de esquerda? Os morenistas já fizeram esse gesto indigno quando se sujeitaram à candidatura de Luíza Helena. Foi um vexame ouvir a carola condenar o aborto. A figura boa de voto simplesmente desapareceu. Abandonou o PSOL e foi se abrigar no REDE de Marina. Essa experiência não serviu para o centrismo tirar lições. Nas últimas eleições, o PSTU fez de tudo para reeditar a frente de esquerda. Mas não interessou a Plínio de Arruda Sampaio. Temos a certeza de que o PSTU só teve a ganhar. Não deve ter sido sua própria avaliação.

Mas vejamos o presente. O PSTU se arrastou e se arrasta por detrás do reformismo justamente por sua política centrista. Se há um pesadelo na vida de uma organização centrista, é concorrer nas eleições sabendo que sua votação será baixa. A frente de esquerda é constituída a partir de cálculos eleitorais.

Esse não é um fenômeno estritamente dos centristas brasileiros. Na Argentina, pela segunda vez, o PTS (uma variante do morenismo) e PO se viram na contingência de montar sua frente de esquerda e dos trabalhadores para juntamente alcançarem o quórum eleitoral exigido pela lei discricionária. Dada a tremenda crise do regime político, PO e PTS tiveram êxito em manterem seus registros legais e conquistarem postos no parlamento. Como marxistas, devemos apoiar as ações revolucionárias que por ventura os parlamentares de PO e PTS venham a tomar. Mas é preciso ter claro que o centrismo não aplicará a tática que faz do parlamento burguês uma tribuna revolucionária. Isso porque a frente de esquerda e dos trabalhadores demonstrou que não fez das eleições uma tribuna para defender o programa da revolução proletária. Qualquer outro tipo de consideração é perfumaria.

Aqui, no Brasil, a contingência é ditada pela obsessão dos morenistas adentrarem ao parlamento. Se nos disserem que essa é uma obsessão de todos os centristas, nos colocaremos imediatamente de acordo. Estes a explicam recorrendo à tática desenvolvida pelo leninismo. Recurso esse que

se aplica distorcendo-a.

Não há dúvida de que nas eleições o partido revolucionário luta para romper o bloqueio burguês e penetrar no parlamento. A conquista de uma fração de parlamentares comunistas é uma derrota para a burguesia. A condição para esse avanço é dada não somente pelo deslocamento dos explorados para uma posição de independência de classe, mas também pela política revolucionária. A obsessão parlamentar dos centristas, porém, não é ditada pela necessidade de expor programa da revolução social e organizar o proletariado e os demais oprimidos sobre sua base. Não usam as eleições como um meio auxiliar da luta pela destruição do poder burguês.

O empenho do PSTU em se subordinar ao PSOL reflete justamente uma política eleitoral distante da concebida pelo leninismo. Em seu comunicado genérico sobre a primeira reunião para formar a frente de esquerda, vemos um partido a procura de um acordo a qualquer preço. Refere-se a “visões distintas acerca do programa e do perfil político que a frente apresentaria nas eleições”. E conclui sobre a

possibilidade de se chegar “a um patamar que pudesse ser comum aos dois partidos.” Rodeia sem dizer claramente que o PSOL quer uma campanha livre de qualquer tom que pudesse parecer esquerdista. Nada de colocar nos anúncios bandeiras como estatização dos transportes públicos, tarifa zero, etc.

Essas foram as diferenças “programáticas” divulgadas pelo PSTU, que em nada comprometem a política eleitoralista. O PSOL não tem interesse pela coligação com o PSTU não devido a tais divergências. Provavelmente, calcula que o PSTU não agrega votos. Assim, ficaria difícil apaziguar os interesses internos das correntes que compõem o PSOL.

Em qualquer circunstância eleitoral, a tarefa dos marxistas é defender junto aos explorados e à juventude a estratégia revolucionária, as reivindicações que os levam a se chocar com a exploração capitalista do trabalho e a independência de classe. E a combater as ilusões democráticas demonstrando que a democracia e as eleições são instrumentos da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Justiça a Ana Rosa Kucinski e a Wilson Silva

A Congregação do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, finalmente, anulou a demissão de Ana Rosa. A militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi sequestrada, juntamente com seu marido Wilson Silva, também da ALN, pelos órgãos de repressão da ditadura no dia 22 de abril de 1974. Levados para a “Casa da Morte”, em Petrópolis, foram torturados, assassinados e desaparecidos.

Em outubro de 1975, a Congregação a demitiu por abandono do cargo. Segundo informações, a decisão foi tomada sobre a base de um comunicado do Ministro da Justiça de que Ana Rosa e Wilson eram terroristas foragidos. A versão mentirosa se tornou verdadeira para a Congregação. Somente em 1995, a Reitoria reconheceu o erro. Isso devido à pressão do movimento contra os crimes da ditadura e de seus familiares. O Instituto de Química, no entanto, permaneceu calado.

Sem dúvida, houve conivência da Congregação e demais autoridades universitárias com a farsa dos órgãos de repressão e com a nota do ministro da Justiça. Era plenamente do conhecimento das pessoas informadas que a “guerra da ditadura” contra a resistência armada terminava em prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Os dois votos em branco (13 foram a favor), de fato, indicaram não apenas prudência, mas também desconfiança de que Ana Rosa havia abandonado o cargo.

Dado o clima de terror de Estado, podemos considerar os votos em branco como não aceitação da versão do ministro da Justiça. Era obrigação política e moral da Congregação não demiti-la antes que houvesse apuração independente. Não se tratava simplesmente de um ato relapso de um profissional cansado do emprego. Não resta dúvida de que a Congregação e demais autoridades envolvidas se curvaram diante das pressões da ditadura e colaboraram com a versão de que se tratava de uma “terrorista foragida”.

A Comissão da Verdade da USP não foi capaz de apurar a

responsabilidade de cada um e, em particular, da Congregação. Tão-somente constatou que houve um erro que deveria ser reparado.

Não sabemos, mas é bem possível que o caso envolva o processo de indenização. Esperamos que não se chegue a este ponto, que tanto tem manchado a luta e a memória dos mártires do movimento de resistência à ditadura. Todo dinheiro que o Estado despendeu para reparar os crimes da ditadura deveria ser revertido à constituição de um Tribunal Popular.

A revisão da demissão de Ana Rosa é apenas um passo da justiça individual enquanto professora sequestrada pelos facínoras do regime militar. Mas Ana Rosa faz parte de centenas de torturados, mortos e desaparecidos. Sua memória é a memória de todos que tomaram em combate. Está aí por que é preciso que se investigue a responsabilidade da Congregação e das autoridades máximas da USP. Todos aqueles que, por ventura, sejam responsabilizados por conivência devem ser desligados do quadro docente da USP, mesmo que estejam aposentados.

Tem-se acobertado a responsabilidade de muitas instituições com a repressão e os crimes da ditadura, entre elas as universidades. Não é desconhecido o fato de que a burocracia reacionária colaborou com o golpe e com o regime militar. Submeteram as universidades aos mandos da ditadura. Inúmeros foram os casos de perseguição, expulsão e demissão de professores que não se curvaram e que estiveram na barricada da resistência.

O caso de Ana Rosa é exemplar. O movimento estudantil deve tomar em suas mãos a luta pela justiça integral e pela responsabilização política da USP. O mesmo deve fazê-lo a Adusp e Sintusp. A corrente proletária estudantil do POR levanta a bandeira de justiça a Ana Rosa e apuração da responsabilidade da universidade.

POR expõe o seu Programa em Natal/RN

Como parte da campanha nacional de explicação do seu Programa, aprovado no XII Congresso, realizado em janeiro, a regional do POR, no Rio Grande do Norte, fez sua exposição e discussão, no dia 11 de abril, no auditório da Universidade Federal. A apresentação se iniciou com a demonstração de que o novo programa que substitui o aprovado no III Congresso de 1993 está constituído de duas partes: o programa propriamente dito e os fundamentos históricos do programa.

O expositor referiu-se à recomendação de Lênin de que o Programa do partido revolucionário deve ser sintético, conter os princípios, fundamentos, a estratégia, os elementos do desenvolvimento histórico do país, as relações de classes, as reivindicações fundamentais e as tarefas da revolução. Lembrou que na discussão ainda na socialdemocracia russa Lênin considerava desnecessário conter a tática por esta ser extraída da situação. Mas com o desenvolvimento da revolução e com as novas experiências a III Internacional elaborou em seu Terceiro Congresso as “Teses sobre a tática”. Em síntese: “Trata-se da tática a ser empregada em nossa luta pela ditadura do proletariado”. Como se vê, é necessário que faça parte do Programa essa formulação da tática. Quanto à sua forma e conveniência, é uma questão prática.

Depois da introdução sobre a concepção marxista do Programa, o expositor passou a explicar porque no delineamento programático a primeira formulação é a do caráter da revolução. Eis a primeira formulação: “O fundamento histórico do programa do Partido Operário Revolucionário (POR) é o da revolução proletária.” A segunda se refere à “tomada do poder pela via da insurreição”. A terceira estabelece a estratégia da ditadura do proletariado. E a quarta fixa a tarefa de “transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.”

Neste parágrafo inicial, concentra-se a essência do Programa do POR. Todas as demais partes compõem uma unidade condicionada a ela e servem-lhe de desenvolvimento. O expositor mostrou que tanto os reformistas quanto os centristas evitam estabelecer o caráter da revolução e ditadura proletárias.

Essa primeira parte da exposição mereceu detalhamento, que não é o caso de aqui descrevermos. Na segunda, foi demonstrado por que o programa é internacionalista, embora a revolução responda a particularidades nacionais. No ponto 21, afirma-se: “A revolução proletária no Brasil é parte da revolução mundial”. Também nesse ponto houve detalhamento. O expositor mostrou que o internacionalismo marxista é antagônico a todas as variantes do nacionalismo. Referiu-se à revisão estalinista e ao processo de restauração capitalista que destroçou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Oposição de Esquerda Russa - e depois Oposição Internacional - foi derrotada pela fração liderada por Stálin. Mas o programa internacionalista e toda a experiência do bolchevismo foram conservados pelo internacionalismo proletário, encarnado por Trotsky como continuidade da obra de Lênin. Não há como demonstrar o contrário, a não ser falseando a realidade e negando os fatos. O ponto 30 conclui essa parte: “A tarefa consiste em construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e reconstruir a IV Internacional.” O expositor explicou porque é obrigatório constar no programa o objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, destruído definitivamente quando Stálin ordena que se dissolva a III Internacional.

Finalmente, comentou a última parte cujo título é Programa de Transição para a Revolução Socialista no Brasil. Duas formulações o introduzem: 1) que o caráter da revolução no Brasil é determinado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas mundiais; 2) que as

particularidades da revolução no Brasil advêm da condição de país de economia capitalista atrasada e do seu caráter semicolonial. Neste ponto, o expositor demonstrou a lei do desenvolvimento desigual e combinado e explicou como o Programa aplica a teoria da revolução permanente. Ateve-se a fundamentar a combinação da revolução democrática com a socialista. Levantou as principais tarefas democráticas que somente um governo operário e camponês poderá resolvê-las, entre elas a questão da terra tão presente no Brasil.

Abriu-se para o debate. Muitos se inscreveram para comentar aspectos que não entraram em consideração ou para desenvolvê-los. Uma das intervenções enfatizou a importância do POR se reivindicar do marxismo-leninismo-trotskismo. E que o Programa expressa conquistas fundamentais dessa linhagem de revolucionários.

Escola de Quadros

No dia 12, militantes e simpatizantes do POR se debruçaram a estudar o jornal Massas Especial sobre os 50 anos do golpe militar. Decidiu-se concentrar a discussão sobre o artigo “Balanço do golpe militar de 1964” e “Resistência Armada ao regime militar” Formaram-se grupos. Pela manhã, se estudou o primeiro artigo e o segundo, à tarde. Em plenária, um dos grupos introduziu a discussão.

Um aspecto que mereceu particular discussão foi a caracterização do nacionalismo burguês nos países semicoloniais. É necessário precisá-lo para se ter uma tática que permita aos marxistas desenvolver o programa da revolução. A ausência do partido revolucionário, em 1964, impossibilitou a luta pela independência de classe do proletariado. A questão do partido ganhou destaque.

Quanto ao segundo tema, se debateu a crise do estalinismo, suas rupturas, os erros das organizações que se lançaram à luta armada à margem do desenvolvimento político do proletariado e dos camponeses. A Escola de Quadros deteve-se em diferenciar a luta armada foquista da guerrilha. Não houve guerrilha de resistência ao regime militar, que traria ricas experiências para a política militar do proletariado. Ao contrário, o foquismo não passou de um desesperado artifício de agrupamentos pequeno-burgueses. Uma discussão, nesse sentido, foi a de se na Revolução Cubana houve foquismo ou não. A formulação que prevaleceu é de que houve guerrilha e não foco armado. A teoria do foco castro-guevarista não condiz com o processo revolucionário que lideraram. Essa incompreensão levou Che Guevara a aplicar o foquismo confundindo-o com guerrilha camponesa. A questão merece estudo.

Para concluir a Escola de Quadros, uma companheira leu um breve texto que diz que o POR foi à raiz histórica do golpe militar de 1964, que não se limitou a condenar os crimes da ditadura contra os militantes aguerridos, mas que mostrou seus erros políticos e que assimila as experiências para formar-se como partido programa. Lembrou que em vários escritos reunidos no livro “20 anos do POR”, no folheto “A luta Armada no Brasil -1960-74” e agora no Jornal especial sobre os 50 anos do golpe militar se encontra a preocupação em compreender a história de nosso país. A frase do movimento desencadeado pela Comissão Nacional da Verdade “para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça” somente poderá ser cumprida com a revolução proletária que varrerá a ditadura de classe da burguesia e constituirá a democracia dos explorados. A escola de quadros se finalizou com um pronunciamento de um dos participantes condenando os crimes da ditadura e enaltecendo a memória daqueles que tombaram em luta. Levantou a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, fim da Lei da Anistia e punição de todos os criminosos.

Novas negociatas entre montadoras, governo e burocracia sindical

Há um dado que é real: a queda nas vendas de carros, caminhões e ônibus. Nos primeiros três meses desse ano, a venda de carros no Brasil caiu 2,1% em relação ao mesmo período do ano passado. De caminhões, 11,3% e de ônibus, 8,8%. As exportações para a Argentina reduziram em 32,7%. É bom lembrar que a Argentina absorvia 80% das exportações de veículos produzidos no Brasil. Com isso, os pátios das montadoras estão abarrotados.

As montadoras vêm implantando medidas para proteger seus negócios. Das 20 montadoras existentes no Brasil, 11 impuseram as medidas de cortes de produção, a exemplo da Mercedes-Benz, Fiat, Volkswagen, General Motors, Ford, Renault, Peugeot e Citroën. A determinação de férias coletivas, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e do lay-off (afastamento temporário) se tornou regra nas montadoras. Para os capitalistas, essas medidas se mostraram insuficientes diante do avanço da crise no setor. E por isso, retomaram as demissões e as ameaças de demissão em massa, como as 2 mil na Mercedes. Querem que o governo amplie os subsídios e os sindicatos sejam mais colaboradores.

O governo de Dilma Rousseff, que há muito vem protegendo as multinacionais, se vê premido. O ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, recebeu dos sindicalistas do ABC a proposta de ampliação do lay-off (“modelo alemão”), mas não tinha nada a oferecer. O uso do lay-off acarreta gastos por parte do Estado, que tem de custear parte dos salários dos operários afastados com o dinheiro do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). Dinheiro esse que também é usado para pagar o seguro desemprego e no Programa “Minha Casa, minha Vida”. Não podemos esquecer que os recursos do FAT (dinheiro arancado dos trabalhadores) há muito tempo estão sendo dilapidados. Assim, subsidiar salários passou a ser mais um ônus para o governo Dilma. Prorrogar o desconto de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que se encerra em junho significa também menor arrecadação de impostos e, numa situação de crise econômica, pesa nos cofres governamentais.

No entanto, as burocracias sindicais (CUT e Força Sindical) e as montadoras forçam o governo para a retomada das reuniões em torno de um “sistema nacional de proteção ao emprego”. Afirmam que o governo Dilma Rousseff já conhece a proposta e que se trata de impulsionalá-la por meio de um acordo entre “sindicatos, empresários e governo”. Alegam que o lay-off se tornou estreito, porque permite apenas uma suspensão por cinco meses, enquanto que a nova proposta pode abranger até 24 meses. Querem que o governo arque com parte dos salários dos operários.

Sindicato metalúrgico do ABC recorreu a Lula

Pressionados pelos metalúrgicos, que começam a viver o terror das demissões, o presidente do sindicato, Rafael Marques, pediu ajuda a Lula. Quer que interfira junto ao governo para abrir a negociação acerca da nova proposta de suspensão do trabalho. Na Tribuna Metalúrgica de 17 de abril, Rafael Marques narra a reunião que teve com Lula. Diz que apresentou as dificuldades de se retomar a produção de veículos e mostrou as ações tomadas pelo sindicato junto ao governo. Disse que está fazendo a lição de casa procurando o BNDES, Ministro da Fazenda e agora Lula.

O vendido Lula, que sempre ditou a política para a burocracia sindical do ABC, não fez senão reafirmar o que há muito se tornou uma lição de casa para os burocratas: correr atrás do governo e defender os pleitos das montadoras. Não por acaso, concluiu dizendo que “o sindicato é fundamental para corrigir os rumos do setor automotivo”.

Nenhuma palavra foi dita no sentido de organizar a resistência dos metalúrgicos contra as medidas das montadoras. A burocracia metalúrgica recorreu ao caudilho Lula na tentativa de sufocar o descontentamento que vem gerando diante das férias coletivas, lay-off e PDVs. Trata-se de uma casta de vendidos à política burguesa.

Burocracia quer implantar o que já existe nas montadoras da Alemanha

A burocracia pretende copiar o acordo implantado na Alemanha. Diz que o “modelo alemão”, usado nos momentos de crise, permite que o operário seja afastado da empresa, sem demiti-lo. Alega que o afastamento pode ser por dois anos, portanto, mais “eficaz” que o lay-off. E que o Estado arca com parte dos salários. Admite que os trabalhadores perdem uma parte dos salários, mas a parcela menor da redução da jornada.

Como se vê, é uma armadilha.

O fundamental é que a proposta da burocracia favorece as montadoras. No período de afastamento, os encargos sociais não serão pagos. Assim, os anos de afastamento não são contados como tempo de serviço para a aposentadoria. Os governos usam o dinheiro do FAT, que é do trabalhador, para pagar os salários, que deveriam ser pagos pelos capitalistas. Portanto, iludem os operários de que todos têm perdas. Falso! Quem perde é unicamente os trabalhadores que são desligados das montadoras.

Nesses momentos de crise, é que vem à tona o retrocesso político da classe operária, fruto de anos e anos de controle dos sindicatos pela burocracia colaboracionista. E coloca a necessidade de se construírem as frações revolucionárias no interior das fábricas. Sem uma direção de luta, a classe operária vai sendo esmagada pelo capital.



**Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO**

CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormossos.org - por@pormossos.org - n.3 - 3. Abril de 2014

**Avança a crise capitalista mundial:
o ascenso da luta de classes e a repressão estatal**

A crise capitalista continua avançando. As medidas de política econômica dos governos burgueses não conseguiram senão aprofundá-la. De um lado, os governos socorrem os capitalistas com concessão de folha de pagamento, isenção de impostos, subsídios e injeção de recursos públicos. De outro, atacam os direitos sociais e as conquistas históricas do proletariado e demais explorados por meio de medidas antipopulares e reformas trabalhistas, sindicais e previdenciárias, além de cortes orçamentários para a educação, saúde, moradia e transporte públicos.

O capitalismo, em sua fase imperialista, alivia a partir da erupção da crise de 2008 uma nova etapa na luta de classes. Nesses últimos sete anos, presenciamos manifestações de massa, greves gerais, ocupações de praças, ruas e prédios, bem como verdadeiros levantes como ocorreram no Norte da África e no Oriente Médio. O Brasil foi atingido pela crise mundial. Os dados apontam queda das exportações, retrocesso na indústria, aumento da inflação e da taxa de juros, além de demissões e ameaças na Petrobrás, Mercedes, GM, entre outras. Fora isso, os governos atacam a educação pública, com a desonciatização e avanço do setor privado, particularmente no ensino superior. Os camponeses e indígenas sofrem com a violência do Estado, latifúndio e agronegócio.

As greves dos servidores públicos, docentes das Escolas e diversas categorias do setor privado em 2012, as ocupações de reitorias, as greves dos operários nas obras do PAC, as manifestações massivas de junho e julho de 2013, as recentes greves dos garis e dos operários do Comperj foram respostas dos explorados aos ataques dos governos. Trata-se de uma situação explosiva, cuja resposta do Estado e governos tem sido a aprovação das leis repressivas. A Lei Antigrave e o Código Penal são sistematicamente manuseados contra a luta dos trabalhadores e juventude. Mas para o Estado e a burguesia não são suficientes. Por isso, aprovaram a Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa), que concede privilégios e protege os direitos de propriedade da FIFA, a Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 186/2014, que autoriza a intervenção e atuação das Forças Armadas para sufocar as manifestações e lutar contra a “ordem, as instituições e o patrimônio”. Tramita ainda o Projeto de Lei do Senado nº 409/2013 (Lei Antiterrorismo), que transforma a “prática e incitação de desordem” em crime de terrorismo.

O objetivo: reprimir manifestações populares e atos contra a Copa. É preciso responder às leis repressivas com um movimento coletivo e unitário dos trabalhadores e demais explorados para impor as reivindicações vitais por meio da ação direta (greves, ocupações, manifestações, bloqueios). É preciso organizar em cada estado um Comitê de Resistência para defender política e juridicamente os manifestantes, presos e presos. São tarefas colocadas para o próximo período.

IFES: Rodadas de enrolação do MEC já começaram. É hora de construir a greve.

Desde a suspensão da greve dos docentes das federais, em 2012, não houve nenhum avanço em relação às reivindicações da categoria. A promessa das direções de reitoria e projeto de lei no parlamento mostrou-se fracassada. O projeto, fruto do acordo do governo federal com a Federação das Federações Profissionais Autônomas das Federações, criou mais diferenciações e retrocessos. Avança a privatização da previdência, via Fupreps, os projetos privatistas como o Ebrech e o ataque cotidiano à autonomia e democracia universitária.

O 33º Congresso do ANDES, realizado no início do ano, ratificou os erros da campanha de 2013: reconstrução da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados, condições de trabalho e respeito à autonomia. A FASUBRA já está em greve há um mês, conquistando a adesão de 90% dos docentes. O Sinusfe já declarou iniciar o movimento grevista dos Institutos Federais no dia 21 de abril.

Acordada de negociação com o MEC não apontam para a solução de nossas reivindicações. Sem a força do movimento grevista não acontecerá nada do governo. É fundamental que os docentes se engajem nas paralisações, como o dia 19 de março e 10 de abril e que manifestem as assembleias. Após a primeira rodada de assembleias, houve reunião do setor das federais, em 29 e 30 de março, com 41 seções sindicais presentes. Destas, 33 aprovaram retomada da greve com data, 11, retomada sem data e o restante não teve posição definida. Uma nova rodada de assembleias procederá a próxima reunião do setor, nos dias 26 e 27 de abril.

Calendário de Lutas	
• Dia 1 maio	Dia do Trabalhador com atos nos Estados.
• Dia 7 de maio	Marcha a Brasília dos Servidores Públicos Federais
• Dia 15 de maio	Dia Nacional de Luta contra as remoções da Copa
• Dia 28 de maio	Dia Nacional de Luta das Universidades Estaduais

São Paulo

Greve na Educação Municipal

Os trabalhadores em Educação da rede municipal estão em greve desde o dia 23 de abril. Fizaram anteriormente algumas paralisações, atos e assembleias e têm enfrentado a intransigência do governo de Haddad, que não atende as reivindicações e só enrola a categoria a cada rodada das “mesas de negociação”, as quais não passam de um instrumento para fazer de conta que a administração é democrática e ouve os trabalhadores. A Prefeitura petista revela que está do lado de lá da trincheira e as ilusões do magistério têm se desfeito a cada dia devido a tanta mentira e hipocrisia.

O governo tem armado algumas arapucas contra os trabalhadores. Começou ameaçando não pagar os 13,43% definidos em lei, conquista de lutas anteriores. Queria desviar a categoria do combate pelas demais bandeiras, inclusive os reajustes referentes ao último período e perdas históricas. Depois, disse que pagaria o que devia e apresentou uma nova proposta com índice idêntico (13,43%) de abono sobre o piso (início da carreira somente), excluindo o quadro de apoio, gestores e aposentados. Em seguida, estendeu a proposta de abono a gestores e quadro de apoio, ainda sem incorporação. Seus últimos passos foram acenar no sentido da incorporação do abono ao salário, como exigido pela categoria, mas só em 2015. Todas essas manobras foram rechaçadas, assembleia após assembleia.

Resumindo: o governo tem enrolado e jogado com a confusão para ganhar tempo e tentar vencer o professorado pelo cansaço. Não quer atender as reivindicações. A explicação tem seu fundo na crise capitalista que atinge o Brasil, a qual obriga o Estado burguês, em suas diversas instâncias, a cumprir sua função de salvaguarda dos interesses gerais dos capitalistas. A linha neoliberal de contenção dos gastos públicos (Educação, Saúde, Previdência etc.) e privatização, em detrimento dos in-

Greve: Fundação Casa

Os trabalhadores da fundação casa estavam em greve desde o dia 10 de abril. A reivindicação principal era o reajuste salarial de 53,63%, quinquênio a todos os servidores, fim das divisões por categorias, redução da jornada sem redução de salário, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, fim das superlotações das unidades, aumento no quadro funcional, entre outros.

Em reunião no TRT, 15/04, a direção do SITRAEMFA obteve como resposta do governo 3,9% de reajuste salarial e pagamento dos dias parados, mediante a imediata suspensão da greve. Dispostos a suspender a greve, os burocratas (CUT/SITRAEMFA) saíram da reunião empenhados a convencer os trabalhadores a voltarem ao trabalho, alegando a continuidade do “estado de greve”.

Ocorre que, a contra gosto dos burocratas, os trabalhadores se concentraram em frente ao TRT para aguardar a negociação. Ao tomarem conhecimento da proposta trazida pelo sindicato rechaçaram-na e elegeram uma nova comissão composta por grevistas, convidaram a direção sindical para compor a comissão, mas estes se negaram. A nova comissão ratificou a continuidade da greve. O TRT questionou a legitimidade da

teresses da população oprimida, atende ao anseio de preservar os compromissos com o capital financeiro internacional e com as frações capitalistas em geral. Daí a truculência do governo com o conjunto do funcionalismo, não só com a Educação.

A direção do sindicato (Sinpeem) não tem realizado o empenho necessário para convocar a categoria à luta, segue um calendário protocolar, posa de oposição ao governo nas assembleias, mas na verdade não quer um enfrentamento com Haddad / PT. A posição que ocupa e a permanência de Cláudio Fonseca como burocrata-mor dependem de seu papel de negociador. Defende uma concepção sindical de conciliação, de substituição da mobilização coletiva pelas reuniões de cúpula com o governo. Porém, também tem esbarrado na truculência da Prefeitura.

Fonseca tolera as assembleias e demais formas de organização e manifestação no interior da categoria só por conta da pressão da base, que sofre todo tipo de privação no cotidiano do chão de escola e agora extravasa sua insatisfação por meio da greve. Os pelegos fazem de tudo para limitar e controlar o movimento de acordo com sua política. Mas, não foram capazes de se contrapor à deflagração da greve. A experiência das últimas greves demonstra a dificuldade da direção manobrar para enterrar a mobilização em certas circunstâncias.

A tarefa do movimento agora é fortalecer a greve a partir dos comandos, passando nas escolas e convencendo os trabalhadores ainda resistentes a aderirem ao movimento. Temos de combater a tendência a uma greve passiva e rotineira, apontando o método da ação direta, levando o magistério unido ao conjunto do funcionalismo às ruas, para exercer seu poder como massa mobilizada, com capacidade de colocar o governo contra a parede e arrancar as reivindicações.

comissão e a acusou de dificultar as negociações.

Em nota, a direção do SITRAEMFA lamentou a ida dos trabalhadores ao TRT, que segundo os burocratas “causou um desgaste desnecessário à categoria, pois a categoria iria permanecer em greve aguardando o julgamento do dissídio no dia 23/04”.

O fato é que a burocracia fez de tudo para impedir a ida dos trabalhadores ao TRT. Desejava por fim a greve a qualquer custo. Na assembleia ocorrida no mesmo dia, chegou ao ponto de infiltrar pessoas com coletes do sindicato, mas sem crachás, com a tarefa de votar contra a continuidade da greve. Foram desmascarados e obrigados a se retirar, colocando abaixo o plano dos traidores. Em Franco da Rocha-SP, os servidores daquela unidade já haviam reclamado da falta de empenho da direção do sindicato no sentido de impulsionar a continuidade da greve. Nem sequer compareceu à manifestação do dia 11/04. Foram os militantes do POR que se prontificaram a conduzir a manifestação pelo centro da cidade.

Agora, os burocratas aguardam a ilegalidade da greve para mascarar a traição. De qualquer forma, a greve dos servidores da Fundação Casa trouxe à tona o estado de calamidade que

se encontra a instituição, tanto no que tange ao descaso do governo com os trabalhadores, como os adolescentes pobres que empurrados à marginalidade ou são eliminados pela violência policial e de todo tipo, ou são empilhados nas unidades da Fundação Casa para garantir a tranquilidade dos ricos.

Resultado da assembleia do dia 23/04

Na assembleia do dia 23/04, realizada no TRT, a direção do Sitraemfa propôs o fim da greve, com a falácia de ESTADO DE GREVE. A questão foi enviada ao NÚCLEO DE CONFLITOS COLETIVOS (NCC) órgão vinculado ao TRT. A direção do sindicato (SITRAEMFA/CUT) acatou as orientações do TRT e de-

PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE MARCO PRISCO! CONTRA AS PRISÕES E PROCESSOS AOS PMs GREVISTAS! PELO DIREITO À SINDICALIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E GREVE DOS PMs!

Governo Wagner e Dilma (PT), juntamente com a Justiça Federal, armaram a prisão de Marco Prisco como retaliação ao movimento grevista dos PMs.

No dia 15 de abril, os policiais militares se reuniram em assembleia para discutir a proposta do Governo Jaques Wagner intitulado de “Plano de Modernização da Polícia Militar”. Além do arrocho salarial suportado pela categoria e suas famílias, como ocorre, aliás, com a maioria dos servidores públicos estaduais que têm sofrido ataques sistemáticos do governo do PT contra as remunerações e direitos sociais (professores da rede básica, professores universitários e demais servidores do Estado da Bahia), o Plano de Modernização do Governo Wagner trazia uma série de penalidade aos policiais para impedir não só a ação das associações de classe nos quartéis e locais de atuação, bem como aos que se manifestem, se mobilizem ou parem em defesa dos salários e direitos.

Para se ter uma ideia, o Projeto de Lei estabelece penalidades de transgressão disciplinar “contrair dívidas e ser incluído no SPC/Serasa” e tentar “entrar na Unidade Policial com um jornal que contenha fato contrário à disciplina” e “participar de manifestações com caráter reivindicatório”, além de perda de direitos de policiais femininas. O propósito do governo é evidentemente manter a disciplina da tropa a ferro e a fogo, com o objetivo de direcioná-la à repressão das manifestações, bloqueios e greves dos trabalhadores e da juventude no Estado da Bahia.

Também, o Governo Wagner quer manter e ampliar as punições já aplicadas aos PMs grevistas na histórica greve de 2012, quando o governo petista requisitou ao Governo de Dilma Rousseff a intervenção das Força Nacional de Segurança e das Forças Armadas para reprimir brutalmente os PMs que se rebelaram contra a oficialidade, decretaram greve e ocuparam a Assembleia Legislativa da Bahia por vários dias, resistindo às pressões do Estado e da instituições policial. Nessa greve, tanto Marco Prisco, presidente da Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares no Estado da Bahia (Aspra), como outras lideranças grevistas saíram presas.

Diante da proposta de Wagner, policiais decretam greve

Diante das penalidades do “Projeto de Modernização” do

fendeu o fim da greve. Como já era previsto, os trabalhadores voltaram ao trabalho sem nenhuma conquista.

Qual é a lição?

Os trabalhadores da Fundação Casa mostram disposição de luta para conquistar a reposição salarial e melhorias nas condições de trabalho. Diante do descaso do governo, aprovaram a greve. Porém, a direção do sindicato trabalhou contra o movimento. Está aí a principal tarefa: construir uma direção de luta para o sindicato. O que implica o combate à burocratização e a construção da fração revolucionária no interior da Fundação Casa.

governo, cerca de 15 mil policiais militares, reunidos em assembleia, decretaram a greve e anunciaram o recolhimento de viaturas e paralisação das unidades policiais. Ao mesmo tempo, foram iniciadas as negociações com representantes do governo e da Polícia Militar em torno de uma contraproposta encaminhada pelas associações de policiais. Mas o governo insistia que a proposta dos grevistas ultrapassava o limite orçamentário do Estado.

O Governo Wagner solicitou imediatamente ao governo federal o envio de tropas federais para garantir a “ordem pública” e reprimir as ações dos grevistas. 6 mil integrantes da Força Nacional de Segurança e do Exército chegaram ao Estado imediatamente. Como tem ocorrido com a grande maioria das greves no país, no dia 16, a Justiça Estadual decretou a greve ilegal e estipulou uma multa diária de R\$ 50 mil reais. No dia 17, a Justiça Federal decretou a ilegalidade da greve e a imediata suspensão do movimento grevista, estabelecendo multa de R\$ 1,4 milhão às seis associações de policiais e aos seus líderes em caso de descumprimento da ordem judicial. Até então nada se falou de prisão das lideranças.

Toda a imprensa da Bahia agiu no sentido de impor o medo à população, mostrando sistematicamente os casos de saques, assaltos e mortes. A Igreja, por meio do Arcebispo D. Murilo Krieger, passou a se colocar como negociador entre os policiais grevistas e o governos no sentido de restabelecer a “paz social” violada. Na madrugada do dia 16 para o dia 17, o Governo Wagner elaborou uma proposta para por fim à greve. A proposta foi apresentada na manhã do dia 17, em reunião com o Coronel Alfredo Castro (o mesmo que costumava na época carlista reprimir violentamente as manifestações de trabalhadores, estudantes e camponeses), representantes do governo, da OAB, das associações de policiais e o arcebispo.

O fato é que o Governo diante da pressão e da força do movimento teve de ceder, concedendo, segundo a Aspra, um aumento de 25% no soldo (remuneração específica dos policiais), para o administrativo da PM, 45% para o operacional e 60%

para os motoristas, extinção do código de ética, nova discussão sobre o plano de carreira e fim do curso para cabo, benefícios para ativos e inativos. Os policiais grevistas impuseram uma derrota ao governo e mostraram que, apesar da repressão brutal na greve de 2012 e da prisão de lideranças, se mantiveram fortes e unificados em torno do movimento grevista.

Como retaliação, governos e Justiça Federal armam Prisão de Marco Prisco

Enquanto o governo Jaques Wagner fingia negociar com as associações de policiais, entre elas a Aspra de Marco Prisco, os governos petistas de Wagner e de Dilma, juntamente com a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tramavam a prisão da principal liderança do movimento dos policiais, Marco Prisco, vereador em Salvador (PSDB). Prisco foi preso na sexta, dia 18 de abril, em Costa do Sauípe, Litoral Norte da Bahia. A prisão preventiva foi determinada pela Justiça Federal a pedido do MPF no âmbito da ação criminal contra sete grevistas na greve de 2012. O motivo é claramente político: baseia nos artigos 311 a 313 do Código de Processo Penal sobre a “garantia da ordem pública” e deverá ser cumprida por 90 dias em “estabelecimento de segurança máxima”.

Marco prisco foi escoltado pela Polícia Federal e levado ao Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Logo após a prisão o deputado estadual Capitão Tadeu (PSB), também líder dos policiais grevistas, publicou uma moção de repúdio, clamando a tropa a “suspender as atividades imediatamente, até que o governo providencie a soltura de Prisco”. Entretanto, o próprio partido do Capitão Tadeu rechaçou a posição do deputado por meio de sua pré-candidata ao governo do Estado da Bahia, por meio de Lídice da Mata.

Em torno de 100 policiais se reuniram na Praça Municipal, em frente à Câmara de Vereadores, para protestar contra a prisão. Sob pressão da imprensa, do governo e dos comandantes, as principais lideranças recuaram quanto à realização de uma nova greve para pressionar pela soltura de Marco Prisco. O próprio Prisco aconselhou os policiais descontentes a se manterem calmos. Isso demonstra a limitação das lideranças do movimento grevista frente à pressão e às ameaças dos governos federal e estadual.

A política militar do proletariado e a posição marxista diante da greve dos PMs

A greve dos policiais militares obriga evidentemente as correntes a assumirem posição. O PSTU mantém a palavra de ordem “Todo apoio e solidariedade à greve dos policiais militares”. Não consegue esconder que se trata do apoio integral e irrestrito de todas as reivindicações do movimento grevista, caracterizando os policiais como trabalhadores, o que coloca o PSTU na defesa da corporação policial e seu fortalecimento. Outras correntes, que se reivindicam do marxismo, têm se colocado não só contra a greve dos PMs, mas, inclusive, contra a libertação das lideranças do movimento grevista, alegando, entre outras coisas, que se trata de uma greve do braço armado do Estado, que os policiais reprimem as manifestações ou que as lideranças dos grevistas são de direita e, no caso de Marco Prisco, vereador do PSDB. No caso de Capital Tadeu, outro líder dos policiais, é deputado do PSB, que até pouco tempo era

da base do Governo de Dilma e de Wagner (PT).

Na base dessas posições sentimentalistas e sem qualquer fundamentação na política marxista e na experiência revolucionária, está a confusão entre a instituição da Polícia Militar, órgão do Estado burguês, e os policiais militares (praças e cabos). Os praças e cabos são, em geral, recrutados do proletariado e da pequena burguesia, enquanto o oficialato é de origem da camada alta da pequena burguesia.

Confundem também a base dos policiais com suas lideranças, que não necessariamente podem ser de esquerda, como é o caso de Marco Prisco e de outros líderes do movimento grevista. Os policiais militares da base das associações se movimentam em torno de suas condições objetivas, em particular as salariais e os direitos democráticos. Suas mulheres e filhos suportam o peso do autoritarismo e da arbitrariedade do oficialato nos quartéis e nas atividades diárias e dos governos, que reprimem as suas manifestações e greves com mão de ferro.

As correntes pequeno-burguesas esquerdistas simplesmente ignoram os movimentos grevistas dos policiais militares e forças armadas, como se não tivessem importância para a política revolucionária. Procuram enfeitar suas posições sentimentalistas e subjetivistas com argumento antimarxistas e despolitizados. Com essa posição, essas correntes se colocam claramente no campo dos governos, do Estado e da repressão do oficialato contra os militares grevistas. Pior ainda, estão de mãos dadas com os governos de plantão, sejam do PT, sejam dos demais partidos da ordem burguesa (PSDB, PMDB, DEM, PSB, entre outros), que acionam imediatamente as forças armadas para reprimir violentamente os grevistas para preservar a instituição militar, a propriedade privada e a ordem pública.

A política militar do proletariado consiste em contrapor e acirrar as contradições entre a base de praças e soldados com a oficialidade, os governos e o Estado, levantando as reivindicações salariais e os direitos democráticos como os direitos de sindicalização, greve, eleição dos comandantes pelas tropas com revogabilidade de mandato e fim das punições e perseguições. Os marxistas sempre defenderam o direito dos policiais se amotinarem contra o oficialato, os governos e Estado, que lhes impõem as más condições de existência e as mais diversas humilhações e arbitrariedades.

Não se pode esquecer que o Partido dos Trabalhadores (PT) durante muito tempo, quando ainda não estava a frente do Estado burguês e dos governos estaduais e municipais, por meio de suas principais lideranças política (Lula, Wagner) apoiavam política e materialmente os movimentos grevistas de policiais militares e suas lideranças, como ocorreu na greve de policiais da Bahia em 2001. Segundo informação, nessa época a Bahia era governada pelos asseclas de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e a atitude da polícia militar frente aos manifestantes e greves era tão repressiva quanto hoje, sob o governo petista. Mas o que mudou? A instituição PM ou o PT? Notadamente, o PT chegou ao governo federal e ampliou significativamente os seus governos nos Estados e municípios, inclusive na Bahia. Hoje, o PT precisa mostrar para a burguesia que é um partido da ordem burguesa e que não admite qualquer violação da “ordem pública”. E o faz de maneira tão autoritária, quanto os governos anteriores. Lembremos que Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública justamente para intervir contra as

greves, manifestações, ocupações, etc.

O Partido Operário Revolucionário (POR) apoia a greve dos policiais militares e bombeiros por suas reivindicações de aumento salarial e direitos democráticos, que se chocam efetivamente com os governos e o Estado, e defende a libertação imediata das lideranças além do fim dos processos e penalidades contra os grevistas por conta do exercício do direito democrático de associação, organização, mobilização e paralisação. A politização das bases de policiais e seus encontros com a repressão dos governos contribuem para desintegrar o aparato estatal. Não deixamos, por outro lado, de deixar claro o caráter da Polícia Militar no capitalismo para assegurar a ordem burguesa e reprimir o conjunto da população explorado e de que devem voltar as suas armas contra a classe dominante.

Bahia

É preciso construir e fortalecer o Comitê Estadual Contra a Repressão

A comissão pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão já realizou três reuniões e algumas atividades importantes. A comissão foi inicialmente aprovada na reunião da Oposição à direção da APUB com o objetivo de organizar a defesa política e jurídica dos manifestantes presos ou processados. O fato concreto que impulsionou a instalação da comissão foi a prisão dos 18 jovens em Salvador na manifestação contra a Copa e em defesa da educação, moradia, saúde e transporte públicos.

Na primeira reunião, compareceram organizações como o POR, PCB, PSol e Contra Corrente, uma liderança da comunidade do Beiruru, além de outras pessoas. Foi elaborado um Boletim para denunciar a Lei Geral da Copa, a Portaria Normativa do Ministério da Defesa (Garantia da Lei e da Ordem) e a Lei Antiterrorismo, chamadas de Leis Repressivas.

Na segunda reunião, organizamos um debate com o tema “Conjuntura política e leis repressivas”, que contou com as falas de militantes do POR e da OT (esta corrente ainda não decidiu se vai ingressar ou não no Comitê), seguidas do debate. Do debate participaram também membros da Contra Corrente, UJC e da Corrente Proletária Estudantil (CPE), além de entidades como a ABEM e LeMarx. Também esteve presente um membro da Nova Democracia.

Na terceira reunião, discutiu-se a elaboração de uma cartilha para

O problema fundamental está no fato de que os policiais militares e bombeiros estão sob a direção de lideranças burguesas ou pequeno-burguesas. A ausência do partido revolucionário solidamente constituído impede que se possa colocar parcela dos grevistas sob a política militar do proletariado. Daí a urgência da construção do partido revolucionário e de superação da crise de direção política. Defendemos: 1) o direito de sindicalização, manifestação, expressão e greve aos policiais militares e bombeiros; 2) fim das prisões, processos e punições aos grevistas e lideranças políticas; 3) pela libertação imediata das lideranças grevistas; 4) pelo direito à eleição dos comandantes com revogabilidade de mandato; 5) Desmantelamento de todo o aparato repressivo do Estado burguês e constituição dos comitês autodefesa.

explicar e denunciar as leis repressivas, a elaboração de um panfleto sobre o que é o Comitê Estadual Contra a Repressão e foi aprovada a realização de um Ato denúncia na Faculdade de Educação para o dia 29 de abril. Além disso, foi aprovada uma plenária de instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão para o dia 13 de maio. A próxima reunião será no dia 29 de abril. A reunião mostrou o processo de fortalecimento da construção do Comitê. Desta vez, participaram militantes do PSTU e do Coletivo Tambores.

O POR trabalha por construir o Comitê com a defesa da política revolucionária. Com a aproximação da Copa do Mundo e a realização das manifestações contra a copa, a tendência é de aprofundamento da repressão dos governos federal e estaduais, por meio do aparelho repressivo (Força Nacional de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar, Civil, Federal e Guardas Municipais), com a aplicação do Código Penal e demais leis repressivas. Para tanto, os governos estão armando e treinando as forças repressivas e reforçando a estrutura judicial. Não há outra alternativa senão construir os comitês contra a repressão em todos os estados. O POR chama as correntes e organizações de esquerda, além das entidades sindicais e dos movimentos sociais e populares a engrossar a luta contra a repressão e defender coletivamente os manifestantes, presos e processados.

Bahia

Militante do POR relata as condições de prisão e as humilhações sofridas na delegacia em Salvador

No dia 29 de março, eu e outro militante do POR fomos presos, juntamente a outros 16 jovens, em uma manifestação contra a copa e em defesa da educação, saúde e transporte público. A prisão foi realizada pela Guarda Municipal de Salvador, que agiu com truculência, atirando dardos com a arma de choque (taser) e agredindo fisicamente os manifestantes, com chutes e cassetetes, além dos ataques verbais.

Após sermos revistados, fomos encaminhados para a Central

de Flagrantes. Os maiores ficaram detidos lá, enquanto os menores foram levados para a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI). Na DAI, os menores foram tratados como criminosos, sofrendo ameaças e agressões verbais. Duas meninas sofreram agressões físicas, uma levou um puxão no cabelo e a outra um tapa no ombro. Os policiais deixaram claro que o objetivo da nossa prisão era nos dar um corretivo, por termos nos manifestado. Segundo eles, deveríamos estar na escola e não nas ruas manifestando.

Após sermos fichados pelo escrivão, fomos levados à cela. Na cela em que fiquei junto a outros cinco manifestantes, as condições eram completamente desumanas. A cela minúscula deveria comportar apenas quatro presos, na nossa tinham seis. Estava imunda e fétida. O sanitário era um buraco no chão, já cheio de fezes. Tinha fezes nas paredes e na superfície de concreto onde deveríamos dormir.

Ficamos a noite toda do sábado sem comida nem água. Quando subimos para dar nossos depoimentos, os policiais permitiram que nós bebêssemos apenas a água da torneira. Nesse momento, ficamos em uma sala com um agente da polícia, enquanto um a um era encaminhado à sala da delegada para prestar depoimento. Esse agente foi extremamente ameaçador, dizendo que iríamos sofrer em suas mãos por termos, segundo ele, impedido o seu sono. Chamou cada um de nós de algo: “maconheiro”, “cheirador de pó”, “traficante”, etc. Ameaçou nos colocar junto com traficantes, estupradores, assassinos, etc.

A delegada foi claramente manipuladora ao darmos nossos de-

poimentos. Dizia a todo o momento que todos os depoimentos eram iguais, que ela não tinha tempo e que por isso queria acelerar o processo. Na verdade, tentou colocar palavras na nossa boca. Ao fim, fomos levados novamente para a cela. No domingo, o almoço foi servido sem nenhum talher, para que comêssemos com as mãos. Isso levou a diversos jovens ficarem com diarreia. Fomos liberados na segunda pela manhã, mas antes, fomos obrigados a lavar a nossa cela, tendo um dos jovens presos que colocar a mão na fossa para limpá-la.

Todas as humilhações sofridas pelos manifestantes presos e as péssimas condições a que foram expostos foram relatadas na audiência com a promotora da vara da infância e adolescência. É preciso denunciar esse estado de coisas a que os jovens presos, sejam manifestantes ou não, pobres e, na sua maioria, negros são diariamente submetidos nas delegacias pelo país. O POR constrói, junto com outras correntes e entidades dos movimentos sociais, um Comitê Estadual Contra a Repressão para denunciar a violência aos manifestantes e fazer a defesa política e jurídica coletiva dos presos e processados.

Reproduzimos a seguir um manifesto do Comitê Estadual de Luta contra a Repressão Protesto no Morro do Pavão-Pavãozinho- RJ contra a morte do jovem Douglas Rafael da Silva

No dia 22 de abril, mais uma vez a população do Rio de Janeiro tomou as ruas contra a violência do Estado policial nos bairros pobres. Desta vez, foi no Morro do Pavão-Pavãozinho em Copacabana, zona sul, após morte de Douglas Rafael da Silva Pereira, motoboy e dançarino do programa “Esquenta” da TV Globo. Os moradores se revoltaram por acreditarem que foi mais um assassinato da Polícia.

Atuaram de forma radicalizada, cercando avenidas. A comunidade do Pavão-Pavãozinho tem uma Unidade de Polícia Pacificadora desde 2009. O Estado respondeu com mais violên-

cia. Durante o ato, o jovem Edilson foi assassinado com um tiro na cabeça, segundo a família, foi a polícia, pois no momento da morte não havia troca de tiros com traficantes. O cerco da policial foi reforçado para deter os a população que sai às ruas em defesa da vida da juventude que diariamente é violentada.

Os casos Amarildo só aumentam. É necessário que as comunidades construam seus Comitês de luta contra a Repressão, que expresse a unidade dos que lutam em defesa da vida da juventude.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

São Paulo: 5º Ato contra a Copa

Em São Paulo, o quinto ato contra a Copa, 15/04, teve participação massiva da juventude. Ainda é ausente a participação da classe operária.

Após a repercussão dos dois primeiros atos devido à repressão da Polícia Militar, o terceiro e quarto ato foram sem expressão. O Estado manteve uma relação policial/manifestante de aproximadamente 1/1, mas seu braço armado apenas acompanhou os atos. Este último seria da mesma forma, mas foi encerrado pelo método black block, com quebra de agências bancárias. Houve um saldo de 54 presos, todos responderam por depredação e associação para o crime, entre eles dois foram para a Fundação Casa e outros dois para o Centro de Detenção Provisória. Estes jovens não devem responder individualmente, foram às ruas e presos em defesa das bandeiras do movimento.

Apesar da tendência de aumento da repressão, a juventude ainda vai às ruas enfrentar sem medo o poderio do Estado burguês. A juventude atua dispersa. O movimento que chama os atos não expressa uma direção política de unidade dos oprimidos na luta pelas reivindicações. Desde junho de 2013, vão às ruas quando convocadas. Mas, ou andam como zumbis ou, quando radicalizados, não o fazem como uma ação coletiva do movimento e sofrem os processos e prisões individualmente.

Ainda assim, as condições materiais forçarão os oprimidos a sair às ruas.

A crise estrutural do capitalismo se mostra a cada dia mais no Brasil. O aumento da opressão está se dando em vários setores, metalúrgicos sendo demitidos em massa ou sob ameaça de demissão; corte de verba dos serviços públicos que atinge desde o funcionalismo público com arrocho salarial à população que padece com falta de hospitais, escolas e pagam uma fortuna para garantir o transporte “público”; aumento do custo de vida, com preços dos elementos básicos à subsistência a cada dia mais caros. As massas respondem ao aumento da opressão saindo às ruas. Mas, de forma isolada, enquanto a burguesia atua como classe organizada para sanar os danos da crise.

Os atos contra a Copa devem expressar uma organização política unitária dos oprimidos. O discurso de que “organização política afasta a juventude”, que basta chamá-los para as ruas pelas redes sociais, é uma trava à uma força que sob a direção política e métodos de luta da classe operária se choca aos interesses de classe da burguesia. Por isso, os Comitês contra a Copa devem ser construídos nos locais de trabalho e estudo sob o método de funcionamento que expresse a democracia operária.

Diretoria do DCE é incapaz de enfrentar a burocracia universitária

No primeiro grande enfrentamento do DCE - UEL, dirigido majoritariamente pelo Levante Popular da Juventude, se mostrou incapaz de travar uma luta séria contra a burocracia universitária. Durante as eleições para reitor, se comprovou que a direção do DCE não está em condições de politizar os estudantes e enfrentar a burocracia de forma consequente. Comprovou-se que uma direção oportunista – sem princípios – conduz fatalmente o ME à derrotas.

A campanha pelo voto nulo, aprovada em assembleia estudantil, foi boicotada pela corrente majoritária do DCE. Na prática, não houve campanha do Diretório Central dos Estudantes. Perdeu-se uma grande oportunidade de elevar a consciência da maioria dos estudantes e cravar bem alto nas bandeiras do Movimento Estudantil o GOVERNO TRIPARTITE COM REVOGABILIDADE DE MANDATO.

Por pouco, a assembleia não se colocou por detrás do candidato do PT, pois a decisão foi apertada. Já a direção do DCE não fez nenhum esforço para evitar este desastre, pelo contrário, bastou uma decisão judicial reestabelecendo precariamente a paridade para que essa direção embarcasse alegremente na festa eleitoral votando na sessão do CU a favor do pleito paritário, contrariando a decisão da assembleia que deliberou pelo voto nulo.

Mas porque isso aconteceu?

Vale lembrar que a Gestão “Necessidade, Vontade” foi formada como uma colcha de retalhos mal remendados. De um lado o centrismo e reformismo (PSTU/PSOL) e de outro a ala mais governista (Levante Popular da Juventude), no meio os independentes. Essa mistura heterogênea e sem princípios, pois cada uma das correntes teve de esconder a sua política para compor, fez com que a chapa não aprovasse um programa político mínimo para se apresentar aos estudantes. Evitaram-se definições claras sobre o governo Dilma (PT), pois poderia melindrar o Levante; não se definiram acerca da UNE ou da ANEL, embora todos soubessem o que cada grupo defende. Portanto, venceu nas urnas não por sua propaganda política, mas sim por ser a chapa que fez a campanha mais barulhenta e por esconder qualquer posicionamento político, dobrando-se ao apoliticismo que eles mesmo alimentam. A festividade substituiu o debate político.

Hoje vemos a nefasta consequência desse remendo. A gestão eleita está totalmente fraturada. As cisões internas fizeram com que o PSTU/PSOL abandonasse a direção da entidade. Postura inconsequente, pois deixaram caminho livre para o Levante Popular da Juventude que já hegemoniza o DCE, facilitando a esta corrente próxima ao PT boicotar por completo a campanha do voto nulo para reitor. De resto, nem o PSTU nem PSOL militaram pelo voto nulo.

A Corrente Proletária na Educação se caracteriza por intervir no Movimento Estudantil com um programa que defende a estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico,

vinculado à produção social. Defende a autonomia universitária na forma do governo tripartite com voto universal submetido à assembleia geral universitária e com mandato revogável.

Somente em torno a estas ideias é possível organizar um movimento estudantil que seja capaz de enfrentar a burocracia universitária representante na universidade dos interesses do estado burguês anticientífico, antinacional e privatista.

Porque o PT e o Levante tergiversam sobre a liminar que restaura a paridade

A defesa do voto nulo feita pela CPE sempre foi para denunciar a ilusão democrática implícita no *voto paritário* e suas limitações. Por isso, opusemos o *Governo Tripartite com revogabilidade do mandato eleito pelo voto universal e secreto de toda a comunidade universitária* a qualquer proporção, seja os 70%, 20%, 10%; paritário ou universal.

Explicamos que seja qual for a proporção era só uma forma de constituir a mesma burocracia universitária, genuína representante do estado e dos governos federal e estadual e, subserviente à sua política privatista.

Os militantes do Levante e do PT conheciam perfeitamente este conteúdo, exposto com clareza pela CPE nas assembleias de 3 e 8 de abril. Por isso é uma impostura hipócrita o “argumento” de que “a situação tinha mudado” com a liminar concedida pela justiça dias antes das eleições restabelecendo a paridade.

Pelo contrário, não muda nada!

A única coisa que esta decisão fez foi expor com maior clareza a covardia da burocracia universitária – neste caso representada pelo Conselho Universitário – que se dobrou a uma duvidosa e frágil decisão judicial, ao invés de enfrentar esta ingerência e resolver internamente algo que a própria Constituição burguesa lhe faculta pelo artigo 207.

A motivação do Levante do PT era apenas a de chamar o voto dos estudantes no seu candidato. Não tiveram qualquer escrúpulo de violentar as decisões das assembleias e votar a favor da paridade no Conselho Universitário. E para expor com toda contundência seu furor eleitoral petista, chegaram a organizar em nome do Movimento Estudantil – que havia deliberado pelo voto nulo duas vezes – um debate com os candidatos que só não ocorreu porque o candidato deles não podia comparecer.

É dessa forma que o Levante mostra sua verdadeira face. Na época das eleições se haviam incomodado com a caracterização que fizemos deles serem petistas. Agora não têm mais como esconder que não passam de uma variante do PT, e nas horas críticas – eleitorais – se juntam ao partido do governo burguês e pró-imperialista de Lula/Dilma.

A vergonha do PSTU

O PSTU, que andava sumido pela desmoralização no interior da diretoria do DCE, aproveitou o enfrentamento enca-

beçado pela CPE em defesa do Governo Tripartite para tirar proveito.

Vendo que as assembleias aprovaram: 1º, o voto nulo e, 2º, que mais militantes apoiavam o governo tripartite como conteúdo do voto nulo, introduziu a colher para fazer uma “salada” oportunista que no final foi aprovada.

Ao invés de manter a clara bandeira de *voto nulo pelo governo tripartite com revogabilidade de mandato, eleita pelo voto universal e secreto*, propôs o voto nulo, a favor do voto universal rumo ao governo tripartite.

Defenderam esta bandeira, afirmando que a assembleia não estava esclarecida totalmente quanto ao governo tripartite, e vincularam o voto universal para reitoria com o governo tripartite. Montaram em parte da bandeira defendida pela CPE para deformá-la. E a deformaram da forma mais oportunista

Bahia

Para conquistar a real democracia e autonomia universitárias é necessário o Governo Tripartite!

Aproximam-se as eleições para Reitor da UFBA

De quatro em quatro anos, ocorrem as eleições para reitor na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como ocorre em outros lugares, os candidatos aparecem com suas propostas salvadoras para todos os problemas que atingem a educação superior pública: falta de autonomia, corte de verbas, falta de infraestrutura, precariedade da assistência estudantil, das bibliotecas e péssimas condições de trabalho e estudo de professores, estudantes e funcionários.

As eleições ocorrem no momento de profunda crise do capitalismo, que levam os governos Federal (Dilma Rousseff/PT) e estaduais a cortarem verbas dos orçamentos da educação, saúde, moradia e transporte públicos para salvar empresas nacionais e internacionais e garantir o superávit primário para pagamento dos juros da dívida pública. A educação pública se desagrega, enquanto o sistema privado de ensino, particularmente o ensino superior privado se amplia (mercantilização da educação). O capital financeiro internacional amplia o controle sobre a educação em nosso país (desnacionalização).

A atual estrutura burocrática e autoritária

Apesar da Constituição falar de autonomia universitária, o que de fato ocorre é o controle político-burocrático do ensino superior pelos governos federal e estaduais, que detêm os recursos financeiros e determinam as metas para a educação por meio do MEC e das secretarias de educação. Os recursos para a educação são cada vez mais rebaixados.

O reitor, indicado pelo chefe do executivo, com base na lista tríptica (pode escolher o menos votado, se quiser!) aplica as políticas educacionais do governo (REUNI, Fundações Privadas, EBSEH) e corre atrás com o pires nas mãos para dividir os poucos recursos. Quando professores, funcionários

– sem princípios – pois eles nunca defenderam nem o governo tripartite e nem o voto universal. Pior ainda foi a tergiversação do governo tripartite aparecer subordinado ao voto universal para reitoria, quando significa exatamente a liquidação da figura do reitor.

Esta intervenção expõe uma característica do centrismo – o PSTU. Diante da possibilidade dum organismo de massa, como é o caso de uma assembleia, escolher uma política revolucionária, o centrismo propõe uma via de conciliação ou de confusão para evitar a radicalização da massa. Por isso o PSTU, ao invés de compor uma frente que se proponha claramente varrer com o governismo do PT e do PCdoB no DCE da UEL, prefere se aliar ao reformismo do PSOL e do Levante, variante do PT, contra a bandeira que expressa a real autonomia universitária e destruição da casta burocrática dirigente.

e estudantes decidem contra as medidas governamentais, os reitores impõem pelo CONSUNI (constituído por uma pequena minoria) ou por decisões unilaterais. A esmagadora maioria dos ESTUDANTES, PROFESSORES e FUNCIONÁRIOS estão completamente excluídos de qualquer poder de decisão sobre os rumos da universidade e da educação públicas.

Governo Tripartite: real democracia e autonomia universitárias

Para destruir a atual estrutura de poder burocrática e antidemocrática



das universidades, em que tudo gira ao redor do Reitor e de uma pequena casta burocrática (uma minoria dos professores apegados ao poder e com interesses carreiristas), é preciso defender o Governo Tripartite. Ele é constituído por representantes dos ESTUDANTES, PROFESSORES e FUNCIONÁRIOS, eleitos pelo VOTO UNIVERSAL, com MANDATOS REVOGÁVEIS e submetidos à decisão democrática da ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA. O Governo Tripartite rompe com o monopólio do poder e o burocratismo.

Estudantes, funcionários e professores mobilizados e unificados pela assembleia universitária decidem seu controle, portanto seu governo. Esse é o conteúdo do governo tripartite, eleito pelo voto universal. Em circunstância mais avançada das conquistas, a própria assembleia universitária poderá eleger o governo da universidade. A revogabilidade do mandato pela assembleia universitária garante que, se os representantes desrespeitarem as decisões das bases sejam prontamente substituídos.

Os governos e uma minoria, identificada com o Estado burguês e o empresariado, rechaçam a bandeira do Governo Tripartite. Não estão mais do que defendendo os seus próprios interesses de ocupar cargos e ter uma carreira individual, independente da situação da educação pública no país. Chamamos estudantes, professores e funcionários a romperem com esse estado de coisas e levantarem alto a bandeira do Governo Tripartite.

Recepção dos calouros e eleições do dce – a corrente proletária na luta pela consciência de classe na UERN

Recepção aos calouros: Pedagogia

Na primeira semana de aula, a Corrente Proletária Estudantil (CPE/POR) realizou a recepção as novas estudantes do curso de Pedagogia. Na ocasião, realizamos um debate sobre os “50 anos da Ditadura Militar de 1964”. Explicamos que o golpe foi realizado muito mais contra os trabalhadores do que contra o governo de João Goulart. O governo nacionalista burguês tinha propostas tímidas e foi derrubado pela burguesia militar e civil (políticos, imprensa, Igreja católica, etc) porque temia o desenvolvimento da luta e organização dos trabalhadores saírem do controle de Jango. Continuamos demonstrando o erro político do PCB da revolução por etapas, a diferença do foquismo para a guerrilha e, devido ao adiantar da hora, não conseguimos demonstrar as diferenças dos governos militares. Terminamos afirmando que a ditadura é uma arma da burguesia toda vez que note perder o controle dos movimentos dos trabalhadores. Atualmente, em virtude do avanço da crise econômica e da Copa do Mundo dos empresários, o governo federal (PT/PMDB/PCdoB) avança em projetos de lei que criminalizam os movimentos sociais para impedir seu avanço e fugir do seu controle através do aumento da repressão. A ditadura, portanto, está em curso mesmo sob o manto da democracia burguesa porque é uma ditadura de uma classe sobre a outra.

Chamou-nos a atenção a ausência da direção do CA de Pedagogia (os auto-intitulados “anarquistas” e os “independentes”). Além de não recepcionarem as estudantes novas, não estão organizando nenhuma luta. Alheios aos problemas estudantis no Curso, são responsáveis das políticas de sucateamento e destruição da universidade pública por omissão.

A CPE/POR atua no curso de Pedagogia buscando o desenvolvimento da consciência de classe das estudantes com objetivo de fomentar na UERN um movimento estudantil revolucionário.

Eleições do DCE

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) fez um tremendo esforço para organizar uma chapa oposicionista para disputar as eleições da direção do DCE da UERN. As eleições ocorrerão nos dias 15 e 16 de maio, mas as inscrições transcorreram sem divulgação massiva. Soubemos por acaso, ao abrir a página oficial da UERN.

A Juventude do PT, além de se aliar com setores da burguesia em Mossoró, agora anda de namoro com a burocracia universitária aliada da oligarquia Rosado. Não divulgaram o edital das eleições do DCE nas salas, nenhuma cópia do Edital nos murais e nem sequer na porta (geralmente fechada) da sala do DCE. Poderiam, pelo menos, ter convocado um CEB e solicitado dos representantes dos CAs a divulgação das eleições. Nada disso foi feito. A divulgação do processo eleitoral da Entidade seguiu a prática de todo um ano da gestão da JPT: omissão. O objetivo da JPT é uma eleição sem participação dos estudantes, sem debate, sem possibilidade democrática de organização de chapas pelos grupos oposicionistas e/ou demais estudantes. É tudo feito na surdina, como os seus conchavos com a burguesia local e nacional.

Para piorar a situação, as eleições vão ser on line. Imitando seus partidários da UFRN – e para não terem trabalho, vão entregar as eleições para o controle da burocracia universitária – as eleições serão realizadas através do portal da UERN. O POR se posiciona contrário as eleições virtuais porque retira do controle estudantil o processo de escolha da direção de sua entidade. Não é possível confiar em uma eleição onde

a votação é controlada pela burocracia universitária. Dessa maneira, o movimento estudantil perde sua autonomia. Além do mais, a votação virtual passa a ser um processo individualista, solitário, distanciando cada vez mais os estudantes da sua entidade e da participação política coletiva, social. As eleições em urna permitem a decisão ativa dos estudantes em participar do processo de escolha da direção de sua entidade, coloca-o em contato com os demais estudantes que participam do processo e promove a interação entre os que se organizam por meio do DCE. A eleição virtual ao contrário, não permite nenhuma dessas possibilidades. No entanto, longe do debate político, com uma votação controlada pelos seus amigos da burocracia universitária, favorece a JPT que não precisa se expor às críticas e avaliação de sua política e gestão anterior na Entidade. Eis porque defendem as eleições virtuais.

A CPE/POR fez um chamado público a todos os estudantes descontentes com a direção atual do DCE da UERN para a discussão de uma chapa em conjunto. Apresentamos algumas propostas que acreditamos serem fundamentais para formar uma chapa que se proponha a uma direção combativa e com base na democracia estudantil, de massas. Vários estudantes compareceram ao chamado e a CPE pode conformar chapa com os companheiros de modo a permitir a apresentação de uma chapa alternativa à direção pró-burguesa do DCE (JPT). Na Plenária, as propostas da CPE foram aprovadas com consciência e outras foram acrescentadas pelos estudantes presentes sem muita diferenciação política.

A única proposta que não teve acordo foi sobre a segurança. Explicamos que a violência é fruto da sociedade. A UERN não é uma ilha e sofre as consequências da violência que aumenta em toda a sociedade brasileira. Para a CPE o combate a violência não se dá através do policiamento, pois não é um problema de repressão. Mas um problema social. A luta por emprego, salário e moradia são as soluções para o fim da violência. Isso é impossível na sociedade capitalista. A burguesia precisa do desemprego, vive da exploração do trabalho e por isso precisa pagar baixos salários, além de viver da marginalidade de parte da classe explorada. A presença da polícia na UERN apenas aumentaria a repressão sobre os movimentos estudantis e sindicais. Foi acordado aprofundarmos a discussão sobre isso e não colocar nada agora nas propostas de chapa.

Foi curioso a ausência da LSR. Apesar do chamamento público, do membro da LSR afirmar ser de oposição a direção atual do DCE e que possuía cerca de 5 membros em sua organização política, a LSR não compareceu à plenária de discussão da formação de chapa. Omissa, não se pronunciou sobre as eleições e nem sobre o chamamento público da CPE. O posicionamento de querer apoiar a chapa que a CPE conseguir organizar é uma postura não militante. Abandona a luta pela formação da chapa e fica assistindo de camarote o que acontece. A CPE poderia não ter conseguido a formação da chapa e a LSR com seus 5 supostos membros teriam cometido um crime contra o movimento estudantil ao não ter se prontificado em unir forças contra a burocracia petista. A CPE com muito menos membros, fez uma batalha enorme pela conformação da chapa, dando um exemplo de militância abnegada e determinada a afastar os estudantes eleitores da entidade de luta de nossa categoria.

A CPE agora caminhará em conjunto com os estudantes que atenderam ao chamado público, encaminhando a campanha, a carta programa e a passagem de sala, defendendo um DCE de luta, combativo, unido com os trabalhadores e que defenda a universidade pública através da ação direta coletiva.

Rio Grande do Norte – Manifesto da Corrente Proletária Estudantil

Por uma direção revolucionária para o DCE da UERN

As manifestações de junho trouxeram ânimo as lutas dos trabalhadores. Depois dela, várias foram as movimentações de trabalhadores radicalizados. Foram os ribeirinhos no Maranhão que lutaram contra sua remoção, os trabalhadores da saúde em Natal que demonstraram grande disposição de luta a despeito de sua direção, os garis cariocas que enfrentaram a direção de seu sindicato, a ameaça de demissão, os meios de comunicação burgueses, a repressão policial. Enfim, os trabalhadores demonstram disposição de luta e inclusive, de adotar meios radicalizados.

Os governos da burguesia, como o DEM (Rosalba Rosado no RN) e PT (Dilma no governo federal), vislumbram que a crise econômica pode levar os trabalhadores a luta. Por isso, aumentam as propostas de repressão aos movimentos de trabalhadores com objetivo de reprimir as suas reivindicações. A exemplo disso são os projetos de leis do governo federal que visam à criminalização dos movimentos sociais. Os que lutarem nas ruas serão enquadrados como terroristas, criminosos formadores de quadrilha. Esse é o governo do PT, aqueles que enfrentaram a ditadura militar da burguesia agora implementam o aprofundamento do Estado policial brasileiro, demonstrando que a ditadura permanece porque ela é de classe: é a ditadura da burguesia contra os trabalhadores, seja na forma democrática, seja na forma de ditadura aberta e simples.

É nesse contexto que vão ocorrer as eleições para a direção do DCE da UERN. Em um momento de aprofundamento da luta de classes. A direção atual do DCE (Juventude do PT, JPT) não pode cumprir a tarefa de unir e organizar os estudantes e trabalhadores porque são os mesmos que sucateiam e destroem as universidades federais.

A direção do DCE (JPT) passou um ano imobilizando os estudantes da UERN, não encaminhou nenhuma luta apesar da falta de assistência estudantil, as condições precárias de ensino, a exploração das copiadoras, o fechamento de vagas para os campi, etc. A direção do DCE tomou a frente do Movimento Pau de Arara porque tinha como objetivo potencializar eleitoralmente o seu vereador. A política do PT é cada vez mais ditada pelo calendário eleitoral, tornando-se mais

um partido da ordem burguesa e, portanto, da jogatina e politicagem capitalistas.

Para termos uma entidade de luta é preciso dotar a direção do DCE com propostas que possam refletir os anseios dos estudantes, mas também as propostas que possam unificar com as lutas dos trabalhadores (comunidade universitária e geral). Propostas que visem à transformação da sociedade capitalista em sociedade comunista, portanto, que defenda a revolução social.

Neste sentido, a Corrente Proletária Estudantil (CPE) propõe uma plenária de todos os estudantes descontentes com a direção atual do DCE (JPT) para discutirmos propostas para a possível formação de uma chapa para as eleições da Entidade. A CPE apresenta algumas propostas que no nosso entendimento refletem as reivindicações imediatas dos estudantes e que podem unificar com os trabalhadores em geral. São elas:

1. Restaurante universitário, circular e material didático gratuitos. Fim das copiadoras na UERN pois mercantilizam a educação.
2. Melhoria das condições de ensino: ar condicionado nas salas, reformas no teto, banheiros adequados, creches para as estudantes mães.
3. Ônibus para eventos acadêmicos e estudantis com pagamentos de todas as despesas pela UERN.
4. Oposição revolucionária aos governos do DEM e PT. Nada de eleição! Que esses partidos saiam do poder através da ação direta dos trabalhadores.
5. Movimentos estudantil baseado na ação direta e na democracia estudantil. Assembléias gerais amplamente divulgadas e com direito irrestrito da fala.
6. Fim dos núcleos. Transformação de todos eles em campi. Funcionários e docentes próprios – fim da superexploração do professor.
7. Eleição proporcional para a direção do DCE.
8. Apoio incondicional as lutas dos trabalhadores. Contra a criminalização dos movimentos sociais. Total liberdade de greve e manifestação.

Rio Grande do Norte – Comissão de mobilização da ADUERN se reúne:

Maioria defende um sindicato corporativo e burocrático

No dia 23 de abril, na sede da Aduern, a Comissão de Mobilização escolhida em assembléia da categoria, se reuniu para debater a pauta de reivindicação que será levada como proposta para apreciação dos docentes em assembléia futura. A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) foi eleita pela base e compõe a Comissão.

Na reunião, a CPE expressou sua opinião sobre a proposta de pauta apresentada pela direção da Aduern. Dos 10 itens apresentados, a CPE demonstrou sua completa oposição a três, acordo em um único ponto, propôs modificações em seis e acrescentou mais um item na proposta de pauta de reivindicação da categoria. Lembrou a Comissão que apresentará na assembléia da categoria suas propostas de mudança caso não haja acordo na Comissão. A intenção da CPE era jogar limpo com os membros da Comissão. No entanto, a maioria da Comissão, com exceção do presidente do Sindicato e mais dois membros, incentivado pelo integrante do grupo que comanda hoje o Andes e o integrante da chapa para a sua diretoria atual, defenderam um sindicato corporativo e burocrático. Defenderam na Comissão a centralização dos seus membros no que fosse deliberado pela maioria, argumentando que não fazia sentido debatermos uma proposta de pauta de reivindicação da categoria na Comissão se teríamos que realizar novamente a discussão na assembléia com a base.

O problema desses integrantes do grupo dirigente do Andes é que querem praticar um sindicalismo corporativo. Desejam esconder da

categoria os diversos grupos políticos entre os docentes universitários como se fossemos um grupo coeso de professores, homogêneo, um grupo de amigos ou cavalheiros que se entendem e conchavam às costas da categoria. Saídos de organizações como o PT e PCdoB, frustrados com suas experiências e sem um balanço político sobre o desenvolvimento desses partidos da antiga esquerda oficial, são contra os partidos políticos e querem agora esconder no movimento sindical universitário os conflitos, os embates e divergências políticas fortes que há dentro da categoria. Acostumados aos conchavos políticos desses partidos, agora querem impor sua política comprometendo os grupos políticos opositores de maneira autoritária.

A CPE tem o direito de, ao perder suas propostas políticas dentro da Comissão de Mobilização na discussão de proposta de pauta de reivindicação, apresentar suas divergências a categoria em assembléia geral. Pois essa é a instância deliberativa da Entidade superior e, portanto, onde se pode apelar para as propostas não aprovadas em comissões de pequenos grupos. É uma atitude normal no movimento sindical. A tentativa desses dirigentes do Andes é disciplinar os grupos minoritários opositores, tentando constrangê-los, impondo suas vontades, apelando para a despolitização da categoria ao afirmar que não devemos nos postar na categoria pelo que o Partido defende mas como docentes. Como se fosse possível separar o homem da política, o ser de suas ideias.

PROPOSTA DA DIREÇÃO	PROPOSTA DA CPE/POR
Reposição de 57% conforme PCCS	Salário mínimo vital de 4 mil reais
Garantia da autonomia financeira	Autonomia universitária. Total financiamento da educação pelo Estado. Comentário: essa proposta da direção é neoliberal e está de acordo com os governantes capitalista que querem se desobrigar com a educação.
Conclusão das obras da FANAT, Campus de Natal e Caicó, recuperação da estrutura do campus central e campi avançados	Acrescentar: mais 2 ônibus para a UERN. Garantia da participação da comunidade universitária nos eventos acadêmicos; SBPC, etc.
Concurso Público para docentes e T Adm	Efetivação dos professores provisórios. Convocação dos TAdm aprovados em concurso recente.
Ampliação dos recursos orçamentários da UERN com base nas demandas do Departamento e Faculdade	Definição do orçamento da UERN pela sua comunidade universitária. Aprovação pelo governo integralmente e compromisso em não contingenciar.
Universalização do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva	DE como regime de trabalho. Comentário: não é possível universalizar porque tem professores que não querem. A DE tem que ser um regime de trabalho definido nos Departamentos.
Liberação de professores para capacitação, conforme plano Departamental	Mudança na legislação da UERN que proíbe as liberações.
Urbanização dos espaços da UERN.	Temos acordo.
Plano de Segurança para a UERN	Rejeição completa. Nenhuma presença policiaesca na UERN. Servirá apenas para reprimir os movimentos sociais.
Convocação imediata do Consuni para discussão do Processo Estatuinte	Apesar de não defendermos a Estatuinte, ela aconteceu. Mas está sendo impedida de ser implementada por uma ação que fere a autonomia da UERN. Portanto, proposta: imediata implementação da Estatuinte.
	Acrescentamos a proposta da direção: incorporação na pauta de reivindicação dos processos judiciais encabeçados pela categoria: descontos indevidos no 1/3 de férias; extensão a todos da categoria da gratificação de técnico de nível superior da qual tem direito e pagamento de 1/3 de férias com base em 45 dias.

A CPE não se intimida. A Comissão não tem membros da base. Escolhida em uma assembléia esvaziada, não pode substituir a categoria. A CPE apresentará todas as suas propostas não aprovadas na

Rondônia

Inúmeras reuniões, debates e audiências públicas chamadas pelos pretensos defensores dos operários e dos atingidos pela cheia do Rio Madeira

A tragédia provocada pelas enchentes, decorrentes da construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, virou prato cheio para os políticos eleitoreiros, cujo objetivo de sua existência é a preservação do sistema capitalista. Não tem faltado nos acampamentos e abrigos dos atingidos pelas enchentes é o discurso demagógico dos oportunistas, vinculados ao reformismo e à direita. Aproveitam a condição dos desabrigados para alimentar ilusões eleitorais, desviando assim o caminho da luta pela moradia e reparo de todas as perdas sofridas. Em meio às promessas, comparecem os acadêmicos da universidade com suas pesquisas e assistencialismo. Enquanto isso, passa-se o tempo e centenas de desabrigados permanecem na amargura.

Unir operários e desabrigados

Na segunda quinzena de abril, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do estado de Rondônia (Sticcero) convocou uma assembleia dos operários das usinas para tratar do dissídio coletivo. Na mesma semana, o Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab) chamou uma audiência pública para discutir os problemas enfrentados pelos pobres atingidos pelas hidrelétricas.

Após a audiência pública, o MAB conclamou os trabalhadores para ocupar o canteiro de obra da Usina Santo Antônio, apresentando na pauta de reivindicações problemas semelhantes aos enfrentados pelos atingidos pela hidrelétrica de Samuel, cuja construção iniciou na época da ditadura militar, deixando milhares de famílias na desgraça.

A ocupação poderia ser unificada com o Sticcero: operários e atingidos pelas barragens ocupando o canteiro de obras da usina e exigindo o atendimento das reivindicações. Mas a unificação não ocorreu. E o MAB acabou fazendo uma caricatura de ocupação. Não se empenhou por levar os mais de 80 mil desabrigados. Esse exemplo mostra

Comissão e, inclusive, derrotará a Comissão apresentando uma pauta de reivindicação combativa e que represente os anseios da categoria docente na nossa assembléia geral.

o papel das direções dos movimentos. O Sticcero e o MAB são constituídos de direções reformistas e pró-governo. Por isso, são incapazes de travar um combate aos capitalistas, responsáveis pelas enchentes, pelos desabrigados, pelas mortes e pelos atingidos pelas barragens.

Alguns fatos permanecem vivos na memória dos operários de Jirau e Santo Antônio. Entre eles, os primeiros levantes de março de 2011, quando os operários rechaçaram as direções traidoras, que ao invés de potenciar a luta da categoria se colocaram em favor dos interesses dos patrões. Esse exemplo mostra a importância de se construir direções classistas. Os acontecimentos recentes evidenciam tão somente a importância dos operários e dos explorados em geral de combater as burocracias dirigentes. Sem uma direção revolucionária, os operários e os atingidos pelas usinas estarão à mercê da politicagem dos eleitoreiros e da política divisionista e fragmentada da burocracia sindicais dirigentes.

Retrato que não querem expor

Eis a situação: 82.500 pessoas desabrigadas pela cheia do rio Madeira. Das 17 escolas usadas como abrigos em Porto Velho, somente 7 retornaram às aulas. Uma parcela dos desabrigados está nas barracas sob calor intenso (mais de 40 graus) no Parque dos Tanques, onde funciona uma Exposição Agropecuária. Outras famílias se abrigam em barcos próximos à sua antiga residência alagada. E outras tantas resistem a sair das escolas. Estão isolados.

O governo e os burocratas têm impedido a presença da imprensa e de militantes nos locais que servem de abrigo. Não querem que a situação de penúria seja exposta. Por sua vez, os desabrigados estão divididos em alojamentos, escolas, abrigos, barcos, etc. e sem uma direção capaz de organizar a luta por moradia a todos e pelo pagamento imediato de tudo que foi destruído pela enchente.

Nesta edição:

- Bolívia: Preços altos das matérias-primas geram reflexos que o ministro da Economia confunde com a realidade
- Venezuela: Socialismo do Século XXI se curva
- Ucrânia: avança a balcanização promovida pelos métodos imperialistas das potências

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia

Preços altos das matérias-primas geram reflexos que o ministro da Economia confunde com a realidade

O Ministro da Economia e Finanças públicas, procurando refutar o argumento da oposição no sentido de que a recente bonança econômica do País se deve à alta dos preços das matérias-primas, assegurou que essa é uma má explicação e que o certo é que graças às previsões feitas pelo governo em 2013 se obtiveram cifras recordes em matéria de expansão e crescimento da indústria manufatureira, ao ponto de ocupar o segundo lugar, depois dos hidrocarbonetos, como pilar fundamental na formação do PIB Nacional. O departamento de Santa Cruz se vangloria, seguido por La Paz e Cochabamba, nessa ordem.

Seu entusiasmo o leva a afirmar coisas como esta: “Não é a pretensão do Novo Modelo Econômico Social e Comunitário investir diretamente na mudança do modo de produção capitalista, mas sim, assentar as bases para a transição para o novo modo de produção socialista...” “Este é um modelo de transição para o socialismo, no qual gradualmente se irão resolvendo muitos problemas sociais e se consolidará a base para uma adequada distribuição dos excedentes econômicos...”. Afirma-se que estamos transitando de um “Padrão de Desenvolvimento Primário exportador (o modelo neoliberal) para um Padrão de Desenvolvimento industrializante com desenvolvimento produtivo (o novo modelo)”.

O correto é que já se sentem os sintomas da retração econômica mundial no País. Os trabalhadores fabris são testemunhas de que as vendas estão caindo abaixo da produção (materiais de construção, bebidas, sapatos, etc.). Um dado significativo é uma empresa em Santa Cruz, que preferiu fechar a planta de produção e dedicar-se a importar o mesmo produto da Coreia, os lucros para os capitalistas são maiores e se evitam todos os problemas derivados dos encargos sociais, que implicam o funcionamento da fábrica.

Isso confirma que a indústria manufatureira do País continua sendo subsidiária da indústria extrativista, o principal comprador é o Estado, cujos recursos dependem dos impostos cobrados principalmente da indústria extrativa (hidrocarbonetos). O inchaço circunstancial do mercado interno, novamente, se deve ao maior volume de recurso injetado, graças à bonança dos preços das matérias-primas. Fora destes fatores, a indústria manufatureira nacional não tem a possibilidade de sustentar-

se apoiada no consumo interno recíproco de produtos e muito menos na exportação massiva, porque não pode concorrer com a produção massiva e barata de outros países, em particular da China e da Coreia, para não mencionar a pequenez da indústria nacional diante das gigantes como a do Brasil e da Argentina, os vizinhos e sócios comerciais mais importantes da Bolívia.

O circunstancial apogeu da indústria manufatureira nacional está em consonância com o excepcional período de bonança de preços altos das matérias-primas, mas como se vê é um desenvolvimento débil, de indústria raquítica, que, ao menor sintoma de retração econômica mundial, começa a balançar e a reclamar do Estado proteção e medidas antioperárias para “melhorar” sua competitividade, a fechar postos de trabalho, a endurecer sua tolerância diante da atividade sindical e a precarizar as condições de trabalho.

O ciclo não é novo para o País. Já o vimos em décadas passadas. Não esquecer, por exemplo, da semelhante expansão da indústria manufatureira que se viveu na época da ditadura de Banzer, quando também os preços do estanho estavam altos.

Como se vê, a realidade se encarrega de refutar o ministro. Não estamos diante da transformação da estrutura econômica nacional. Na realidade, já vivemos isso. A indústria manufatureira continua sendo subsidiária da indústria extrativista, como nos inícios do século XX, quando, à sombra das explorações mineiras em mãos do capital estrangeiro, floresciam pequenas indústrias destinadas a satisfazer suas necessidades. A economia do país se movimentou em torno da indústria extrativista, principal fonte de riqueza nacional. Isso não foi modificado, ainda que se lhe dê o retumbante nome de “Novo Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo”. O fato é que continua sendo o velho capitalismo atrasado e decadente, incapaz de materializar a superação do atraso, da baixa produtividade e da pobreza do país. O que o ministro vê são reflexos, ilusões circunstanciais criadas pela consequente momento de auge dos preços das matérias-primas. Continua ausente a indústria pesada (fábrica de fábricas), que é a verdadeira base de um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2352, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Venezuela: Socialismo do Século XXI se curva

Representantes da Fedecámara (como a Fiesp, no Brasil) e do Conselho Nacional de Serviços saíram satisfeitos da reunião com o governo chavista. A “Conferência Econômica pela Paz”, assim denominada pelo governo, teve por objetivo discutir a crise econômica e as medidas elaboradas por Nicolás Maduro.

A aproximação dos chavistas com as poderosas organizações do empresariado venezuelano faz parte do “diálogo” supervisionado pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Lembremos que essa decisão foi uma variante da proposta de intervenção da OEA feita pelos Estados Unidos. A Unasul parecerá como neutra ou mais flexível com o nacionalismo chavista.

Maduro não teve como se livrar da intervenção externa. É bem provável que a desejava, desde que fosse da Unasul, para mostrar que estava disposto a reduzir o confronto com a oposição, cujas manifestações de rua cresciam e já haviam deixado vários mortos. Ocorre que o empresariado opositor, escorado nos Estados Unidos, vem ganhando terreno na guerra econômica contra a política nacionalista do regime montado por Hugo Chávez. Os protestos da oposição se nutrem da incapacidade do governo enfrentar o grande capital e do esgotamento do nacional-chavismo.

Não foi possível à direita criar as condições para um golpe militar. Essa certamente seria e é a melhor via para varrer os chavistas do poder, abrir as portas para a intervenção direta dos Estados Unidos e esmagar qualquer tentativa de resistência dos explorados. Sem essa alternativa imediata, Henrique Capriles da “Mesa da Unidade Democrática” pode usar o legalismo para se fortalecer perante as massas, e Leopoldo López (preso) e Maria Corina Machado do partido Vente Venezuela, manejarem seus partidários da classe média para atacar o governo desde as ruas.

A aceitação de Maduro de que a Unasul interferisse nos assuntos internos da Venezuela e o gesto de chamar o empresariado a colaborar com as medidas voltadas ao abastecimento dos gêneros de primeira necessidade e controle de preços expressam a fraqueza do governo. O Socialismo do Século XXI esbarra nos limites da grande propriedade latifundiária, das multinacionais e dos interesses gerais do imperialismo. Não tem mais como prosseguir com as “nacionalizações” regadas a ricas indenizações, não pode sustentar por mais tempo os programas assistencialistas e está diante de desequilíbrios econômico-financeiros que empurram a Venezuela para uma crise de maiores proporções que a já existente.

Não há alternativa ao regime a não ser estabelecer uma nova política econômica de proteção ao grande capital e de ataque à vida das massas. Não está no horizonte dos chavistas avançar a ruptura com o imperialismo e atacar a oligarquia econômico-financeira da Venezuela. A aceitação da ingerência da Unasul e constituição da “Conferência Econômica pela Paz” são acontecimentos políticos que aplainam o caminho da capitulação do chavismo.

Quem supõe que se trata de um recuo tático, para em seguida lançar uma ofensiva revolucionária, se engana. As posições de Maduro diante dos ataques sistemáticos da oposição, desfraldando a bandeira de conciliação (“paz”), expõe com cla-

reza a negativa dos chavistas de recorrerem à luta de classes e às medidas revolucionárias.

Muita ilusão se propagou sobre o anti-imperialismo e o anti-oligarquismo dos bolivarianos. Os nacionalistas obscurecem a natureza burguesa do governo. Assim, ocultam a impossibilidade dos nacionalistas violarem as leis de funcionamento do capitalismo e do domínio da grande propriedade. As experiências latino-americanas atestam que os mais diversos governos nacionalistas (autoritários ou democráticos) acabaram se afundando em contradições insolúveis: estão obrigados a tomar medidas que contrariam os interesses do imperialismo, mas não vão até o fim com a ruptura anti-imperialista; propõem-se a reformar o capitalismo atrasado (reforma agrária, industrialização, leis trabalhistas, elevação das condições de vida das massas, etc.), mas não avançam sobre o poder das oligarquias; reclamam da falta de recursos, mas mantêm o endividamento do país, pagando religiosamente os elevados juros; querem que as multinacionais se ajustem à política econômica interna e limite o saque do país, mas são incapazes de expropriá-las sem indenização; aspiram nacionalizar os ramos-chaves da economia, mas logo nas primeiras nacionalizações respeitam as leis internacionais ditadas pelo imperialismo. No final das contas, os governos nacionalistas sucumbem e as forças pró-imperialistas se valem do controle exercido sobre a classe operária e os camponeses pobres.

A classe operária e os camponeses venezuelanos estão diante de um governo que se inclina para o lado da grande burguesia, embora continue com o palavreado anti-imperialista. A tendência mais provável é de crescer o poder da oposição e enfraquecer o do governo. Nos próximos meses, teremos mais nitidamente o resultado da aproximação de Maduro com a Fedecámara. Intensificará a pressão da burguesia opositora para que os explorados abandonem o Socialismo do Século XXI à sua própria sorte.

A luta pela independência do proletariado diante da disputa interburguesa pelo poder é a única via para se barrar o caminho da direita pró-imperialista e se livrar do decrépito governo chavista. Há que se trabalhar por organizar o partido da revolução proletária, marxista-leninista-trotskista.

Adquirar com o distribuidor deste jornal

Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente

2ª edição reformulada



Crimeia anexada pela Rússia

Kiev: a direita se apoia na classe média para submeter a Ucrânia aos EUA e Europa

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Crítica às posições das correntes de esquerda sobre a crise na Ucrânia

Resposta aos ataques do PCO no POR
Nossas divergências com a LIT-CI/PTU
Redação às formulações do estalinismo



Em defesa da bandeira "Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente"

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Ucrânia: avança a balcanização promovida pelos métodos imperialistas das potências

Desde meados de abril, como uma reação em cadeia, movimentos pela federalização da Ucrânia se espalharam por todo o leste. A exigência de federalização dos territórios do leste e do sul representa uma ruptura da centralização pretendida por Kiev para viabilizar o acordo assinado com a União Europeia (UE). Mas, também significa a ruptura da integridade territorial do país oprimido, devido às pressões das potências que agem por cima de suas fronteiras e alheias às reais necessidades dos explorados ucranianos. Responde diretamente ao jogo de interesses das forças imperialistas e das frações restauracionistas das oligarquias burguesas russas e ucranianas.

As mudanças na situação política ucraniana são constantes e violentas. Ao ensaio de insurreição civil das massas no oeste, sucedeu, em poucas semanas, o levante das massas do leste contra o governo provisório e a exigência de incorporação de suas regiões à Rússia. Reflete dessa forma o movimento pró-europeu e pró-imperialista que esteve na base do golpe de Estado em Kiev, no oeste. A restauração capitalista está na base da fragmentação do país. É nessa contradição histórica que se desenvolvem os mais recentes acontecimentos políticos e militares. Em última instância, expressam a impossibilidade de realizar a independência e autodeterminação nacional pela via da restauração capitalista.

A balcanização da Ucrânia estabelece uma linha divisória entre o leste e oeste do país

Os movimentos federalistas são um passo a mais – senão definitivo – no sentido da secessão do leste e da incorporação à Rússia das regiões sublevadas contra Kiev e seu governo, seguindo os passos da Crimeia. A base social do movimento são os 70% da população de origem russa. Mas tem sua principal força na presença de tropas russas na península de Crimeia. Essa massa de etnias pró-russas majoritárias combinadas ao poderio da máquina de guerra russa propiciou a irradiação do movimento às maiores cidades do leste. Milícias pró-russas tomaram edifícios, aeroportos, delegacias policiais e do serviço de segurança, estabelecendo pedágios nas principais estradas. “*Assembleia Populares*” autoconvocadas por todo o leste e o sul decidiram tomar medidas conjuntas para impor a federalização. Segundo Oleg Tsarev, candidato presidencial para as eleições de 25 de maio, as regiões sublevadas estavam coordenando “*todos os protestos no sul-leste e levantando exigências políticas comuns*”.

O passo mais ousado foi dado em Donetsk que proclamou a “República Popular de Donetsk” e exigiu um referendo (antes de 11 de maio) sobre a separação da Ucrânia e seu ingresso à Federação Russa. A *Assembleia Popular de Donetsk* (APD) pediu à Rússia enviar um “*contingente de paz*”, o que significa sua intervenção militar. Putin afirmou estar disposto a defender “*por todos os meios*” as populações russo-falantes das repúblicas da ex-União Soviética. O parlamento da Rússia já aprovou uma lei que permite mobilizar as forças armadas para “*proteger as etnias russas*” na Ucrânia.

Como se vê, o movimento “*federativo*” reproduz os interesses da oligarquia capitalista restauracionista grão-russa que

está disposta a desmembrar o país para consolidar suas posições econômicas, políticas e militares diante do imperialismo e fortalecer uma base para negociar sua parte no saque da região. Suas assembleias não lutam pela unidade nacional sobre a base da autodeterminação exercida pela população, organizada livre e independentemente das forças políticas burguesas. Pelo contrário, está a serviço de uma delas como instrumento do seu intervencionismo imperialista. Por sua vez, o governo de Kiev levanta a bandeira da unidade da Ucrânia, mas para entregá-la à União Europeia e aos Estados Unidos. Nesse sentido, as Assembleias Populares do leste e à Assembleia de Maidán têm o mesmo conteúdo de classe: ambas servem a interesses alheios aos da população explorada e oprimida e concluem acentuando a opressão nacional pelas potências.

A derrota de Kiev na sua tentativa de centralização repressiva do leste

O governo interino de Kiev não cruzou os braços diante do movimento separatista. Resolveu reprimir duramente as manifestações. A primeira medida foi aprovar, no dia 8 de abril, uma lei que endurece as penas por separatismo, elevando até 15 anos de prisão e confiscação dos bens. Acusou a Rússia de enviar tropas especiais e espões para dirigir e organizar o que chama de ações “terroristas”. Decidiu também endurecer as penas por espionagem e “subversão”. Trata-se de um pacote de leis inspirado pelo imperialismo que pretende criar um simulacro jurídico-legal para justificar o esmagamento militar dos movimentos federativos e recompor a centralização do país por métodos policiais.

A lei foi elaborada numa reunião do governo provisório de Kiev com o diretor da CIA, John Brennan, no início de abril. Não foi casual que o imperialismo norte-americano fosse o primeiro a parabenizar a medida repressiva na voz do Jay Carney, porta-voz da Casa Branca. Contando com a aprovação do amo imperialista, no dia 13 de abril, Kiev iniciou uma ofensiva militar contra o leste. O Kremlin alertou sobre o perigo de uma “guerra civil” e de que seria obrigado a usar uma lei que lhe permite enviar tropas russas ao país. Mas não foi necessária a intervenção. Assim que começou a operação “antiterrorista”, foi desmantelada e derrotada quando colunas do exército se passaram para o lado dos manifestantes. Em Kramatorsk, uma formação do exército desertou e disponibilizou seus blindados de combate a serviço do movimento federativo. Em Donetsk, a polícia não obedece Kiev, e o dissolvido corpo de elite Berkut serve como força de choque das milícias, e é aclamado pela população. O mesmo ocorre com o grupo de operações especiais Alfa, do Serviço de Segurança Nacional. Essa é a situação do momento.

O governo é obrigado a mobilizar tropas do oeste, mas em quantidades incapazes de impor uma derrota às milícias pró-russas que continuam controlando Donetsk, Kramatorsk, Jarkov, Lugansk e Slaviansk. O esmagamento militar da rebelião chegou a um ponto morto quando ficou evidente o avançado estado de decomposição interna das Forças Armadas Ucranianas. Ocorre que o exército se enraíza nas as contradições históricas

do país oprimido, submetido a permanentes enfrentamentos entre etnias diferentes. O exército reflete alinhamentos sociais do país operados em favor de uma ou outra fração da oligarquia restauracionista burguesa. A intervenção do imperialismo vem no sentido de reverter o processo de desintegração das forças que devem garantir o poder da fração oligárquica pró-União Europeia.

A via das combinações diplomáticas fracassa mais uma vez

Nessas condições, abriu-se a possibilidade de novos ensaios diplomáticos. Contudo, as tendências intervencionistas decorrentes da crise capitalista são tão fortes que cada acerto diplomático constitui apenas uma trégua na “guerra” de posições que se desenvolve no território ucraniano. As milícias e as manifestações, ontem no oeste, hoje no leste, são campos de ação militar encoberta das forças intervencionistas, mascaradas como conflitos étnicos e regionais. A reunião em Genebra no dia 19 de abril entre Estados Unidos, a União Europeia, Rússia e o governo de Kiev pretendia colocar fim ao confronto, convocar as milícias a depor as armas, “pacificar” o país e assegurar a “via democrática” fixada para as eleições de 25 de maio. O imperialismo pretende que a nova Constituição (que seria definida entre as quatro partes) consolide legalmente o governo surgido do golpe. Quanto às promessas de federalização das regiões do leste, teriam como contrapartida uma centralização policial das manifestações, pois, as milícias do leste seriam desarmadas, enquanto se legaliza a ação das milícias de ultradireita no oeste. As milícias pró-russas viram-se forçadas a rechaçar o acordo, o que de fato não passou de uma manobra do Kremlin para sabotar o processo. Do mesmo modo que os Estados Unidos fizeram apoiando a operação militar para caçar e encarcerar as lideranças do leste em meio às negociações.

A “guerra” de posições que se desenrola entre as potências no seu território, mesmo que de forma velada, se sobrepõe às combinações diplomáticas. A ruptura dos acordos não só expressam os interesses antagônicos sobre como desmembrar Ucrânia em proveito de uma ou outra potência, mas refletem principalmente – em maior ou menor grau – as condições objetivas e históricas nas quais estas devem agir. Se uma fração oligárquica, se uma região ou etnia se opõe aos acordos, as potências são obrigadas por sua vez a rompê-los, segundo se desenvolvam as mobilizações populares que servem de base social e ponto de apoio para suas manobras econômicas, diplomáticas e militares.

Imediatamente ao fracasso das negociações, a OTAN resolveu aumentar sua presença militar nas fronteiras com a Rússia, assim como destinar ajuda militar não letal ao governo provisório de Kiev. Destinou dezenas de aviões de combate à Polônia e Estônia e cinco barcos de guerra ao Mar Negro e o Báltico. O pretexto para essa movimentação são “os exercícios conjuntos” entre forças armadas dos países membros da OTAN, mas, na verdade, o objetivo é movimentar força táctica para a intervenção militar na Ucrânia, no caso de se iniciar a guerra civil. A 21 de abril, o secretário de defesa norte-americano, Chuck Hagel, anunciou que os Estados Unidos enviariam à Ucrânia “ajuda militar não letal”. Este é um método já utilizado pelo imperialismo na Síria e Iugoslávia (onde operou o grupo *Military Professional*

Resources Incorporated): primeiro, o Congresso autoriza a “ajuda militar não letal”, depois se seguem o fornecimento de armas, “assessores” militares e, finalmente, tropas. Enquanto isso, estão agindo na Ucrânia mercenários especializados em operações de contra-insurgência e terrorismo, entre elas *Greystone Limited*, uma filiada da *Academi* (ex Blackwater).

Pela autodeterminação da Ucrânia! Abaixo os acordos diplomáticos secretos!

As tendências bélicas prosseguem seu curso e se desenvolvem. Mas as potências sabem que uma guerra civil poderia ser o início de uma guerra entre potências de alcance continental. Mais ainda: essa guerra abriria também as comportas a processos revolucionários no leste europeu e no coração da UE. Daí que o ritmo e o desenvolvimento das tendências bélicas dependem, em última instância, do curso da luta de classes. No caso ucraniano, essas tendências podem ser abortadas caso as massas exploradas rompam com suas direções burguesas e se encaminhem a romper a coluna vertebral do regime burguês.

Os interesses democráticos, econômicos, políticos, nacionais e sociais das massas se opõem frontalmente aos das frações oligárquicas restauracionistas, de um lado, e aos do imperialismo do outro. Diante das manobras e combinações diplomáticas que servem para adormecê-las e enganá-las se deve levantar a consigna **Que se publiquem todos os tratados diplomáticos e militares secretos! Não à divisão da Ucrânia. Que as massas decidam sobre o destino do país, expulsando as potências que a oprimem e saqueiam!** Deve ficar bem claro para os explorados que nenhum povo é obrigado a derramar seu sangue ou dos seus irmãos em nome de acordos estabelecidos pela oligarquia.

As condições para a autodeterminação nacional e independência do país perante a opressão imperialista dependem de construir os organismos de duplo poder, assentados na independência política e organizativa da classe operária e alicerçada na aliança revolucionária com o campesinato. Rechaçamos a estúpida ideia de que as autoproclamadas “Assembleias Populares” do leste que apregoam a divisão podem constituir-se no duplo poder e levar adiante o programa revolucionário de autodeterminação da nação oprimida. Elas não representam o germe do governo operário e camponês porque estão submetidas, como Maidán, às orientações das frações oligárquicas restauracionistas. Sua atual composição baseada na diferenciação étnica e racial é contrária às diferenciações por classes que impulsionam a luta direcionada a destruir o regime capitalista. E, por isso, não podem constituir-se noutra coisa senão em ponto de apoio para o desmembramento da Ucrânia em favor da oligarquia capitalista grão-russa.

Somente um Congresso Nacional soberano de delegados operários, camponeses e de soldados eleitos em assembleias e responsáveis perante ela poderá decidir como unificar o país e concretizar a autodeterminação nacional. Somente um governo operário e camponês pode realizar a consigna de *“uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”*. E esse programa somente pode ser levantado e defendido consequentemente até o final pelo proletariado, o que implica sua constituição em partido marxista-leninista-trotskista para poder dirigir a nação oprimida e consumir a autodeterminação nacional pela via da revolução e ditadura proletárias.